



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2013-2014)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 9 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da proposta de lei n.º 208/XII (3.ª), do projeto de lei n.º 517/XII (3.ª) e dos projetos de resolução n.ºs 953 a 956/XII (3.ª).

A Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República na sequência da pronúncia do Tribunal Constitucional de inconstitucionalidade e ilegalidade da proposta de referendo aprovada pela resolução da Assembleia da República n.º 6-A/2014, sobre a possibilidade de coadoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto. De seguida, pronunciaram-se os Deputados [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [António Filipe](#) (PCP), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP), [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Hugo Lopes Soares](#) (PSD) e [Cecília Honório](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Silva Pereira](#) (PS) considerou que o relatório do FMI sobre a décima avaliação do Programa de Assistência Financeira contraria a avaliação positiva que o Governo tem feito da economia portuguesa e respondeu a pedidos de esclarecimento dos

Deputados [Miguel Frasquilho](#) (PSD), [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP), [Miguel Tiago](#) (PCP) e [Mariana Mortágua](#) (BE).

Foi aprovado um parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação relativo à suspensão de um Deputado do PS e à respetiva substituição.

Em declaração política, o Deputado [Michael Seufert](#) (CDS-PP) congratulou-se com as medidas anunciadas pelo Governo no sentido da autonomia das escolas e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Maria José Castelo Branco](#) (PSD), [Agostinho Santa](#) (PS), [Luís Fazenda](#) (BE) e [Rita Rato](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Bruno Dias](#) (PCP), referindo-se às recentes Jornadas Parlamentares do PCP, realizadas na Península de Setúbal, enunciou os problemas que afetam o distrito e deu conta de uma interpelação ao Governo a ter lugar no dia 13 de março, sobre a situação económica e social do País e a política alternativa às medidas do Governo, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Nuno Magalhães](#) (CDS-PP), [Carlos Abreu Amorim](#) (PSD) e [Mariana Aiveca](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) afirmou que o relatório do Fundo Monetário

Internacional sobre Portugal demonstra que o programa de ajustamento não produziu resultados e desafiou os Deputados do PSD e do CDS a admitirem mais austeridade em 2015. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento do Deputado [João Ramos](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Feliciano Barreiras Duarte](#) (PSD) referiu-se à importância da estratégia de fomento industrial, com vista à reindustrialização e ao crescimento sustentado do País. No fim, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Mariana Mortágua (BE), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [João Oliveira](#) (PCP) e [Hélder Amaral](#) (CDS-PP).

Foi apreciado o Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, que procede à alteração do regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas, à transferência da responsabilidade pelo pagamento destes complementos de pensão para a Caixa Geral de Aposentações, IP, e à fixação das regras de extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas [apreciação parlamentar n.º 73/XII (3.ª) (PCP)]. Pronunciaram-se, além da Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional (Berta Cabral), os Deputados António Filipe (PCP), [João Rebelo](#) (CDS-PP), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Miranda Calha](#) (PS), [Mónica Ferro](#) (PSD) e Mariana Aiveca (BE). Posteriormente, o Decreto-Lei e propostas de alteração apresentadas pelo PCP baixaram à Comissão de Defesa Nacional.

Foi apreciado o projeto de resolução n.º 938/XII (3.ª) — Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós (PS), tendo proferido intervenções os Deputados [João Paulo Pedrosa](#) (PS) (a), [Valter Ribeiro](#) (PSD), [Catarina Martins](#) (BE), Miguel Tiago (PCP) e [Manuel Isaac](#) (CDS-PP). Posteriormente, foi rejeitado o ponto 1 e foram aprovados os pontos 2 e 3.

A Presidente pronunciou-se sobre o projeto de lei n.º 516/XII (3.ª) — Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes), tendo sido posteriormente aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global.

Foi apreciado o projeto de resolução n.º 952/XII (3.ª) — Honras de Panteão Nacional a Sophia de Mello Breyner Andresen (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes), que foi aprovado e sobre o qual se pronunciaram os Deputados [Nuno Encarnação](#) (PSD), [Inês Teotónio Pereira](#) (CDS-PP),

[Luís Fazenda](#) (BE), [Marcos Perestrello](#) (PS), Miguel Tiago (PCP), tendo-se a Presidente associado à iniciativa

Foi aprovada, na generalidade, a proposta de lei n.º 204/XII (3.ª) — Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pelo PCP, BE e Os Verdes, solicitando a baixa à Comissão de Saúde, sem votação, pelo prazo de 15 dias, para efeitos de avaliação da preparação de um único texto, relativo aos projetos de resolução n.ºs 948/XII (3.ª) — Pela manutenção e o adequado funcionamento dos Hospitais Distrital de Águeda e Visconde de Salreu (Estarreja) (Os Verdes), 950/XII (3.ª) — Recomenda ao Governo a manutenção do Hospital Distrital de Águeda (PCP) e 951/XII (3.ª) — Recomenda ao Governo a manutenção da gestão pública do Hospital Distrital de Águeda (BE).

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo à proposta de lei n.º 146/XII (2.ª) — Aprova a Lei da Investigação Clínica.

Também em votação final global, foi aprovado o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, relativo à proposta de lei n.º 79/XII (1.ª) — Define as Bases da Política de Ambiente.

Igualmente em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à proposta de lei n.º 187/XII (3.ª) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.

Foi aprovado um parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação autorizando um Deputado do CDS-PP a intervir num processo que corre em tribunal.

A Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 7 minutos.

(a) Durante a primeira intervenção proferida por este Deputado foi projetada uma imagem.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 9 minutos.

Podem ser abertas as galerias.

Antes de darmos início à ordem do dia, aguardamos algum tempo para que as lideranças das bancadas parlamentares estejam todas presentes.

Entretanto, antes de entrarmos no primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos, peço ao Sr. Secretário, Deputado Duarte Pacheco, o favor de dar conta do expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pela Sr.^a Presidente, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 208/XII (3.^a) — Transpõe parcialmente a Diretiva 2013/25/UE, do Conselho, de 13 de maio de 2013, que adapta determinadas diretivas no domínio do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços, em virtude da adesão da República da Croácia, e procede à segunda alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que baixa à 10.^a Comissão; projeto de lei n.º 517/XII (3.^a) — Autonomiza a criminalização da mutilação genital feminina — 31.^a alteração ao Código Penal (PSD); projetos de resolução n.ºs 953/ XII (3.^a) — Recomenda ao Governo a concretização de medidas para o setor do aluguer de equipamentos industriais (PCP), que baixa à 6.^a Comissão, 954/ XII (3.^a) — Pede a apresentação do livro branco sobre o estado do ambiente em Portugal (Os Verdes), 955/ XII (3.^a) — Recomenda ao Governo medidas de apoio às intempéries na Área Metropolitana do Porto (BE) e 956/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo que, numa perspetiva de mitigação, estude a possibilidade do recurso a medidas de urgência para responder aos estragos que resultaram das intempéries que assolaram o País no início do ano e que, simultaneamente, promova com celeridade a revisão da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, numa ótica da prevenção e adaptação às dinâmicas do litoral do País (PSD e CDS-PP).

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, como sabem, chegou hoje ao Parlamento uma comunicação do Sr. Presidente da República que passo a ler:

«Na sequência da fiscalização preventiva obrigatória, em conformidade com o disposto no n.º 8 do artigo 115.º da Constituição, da constitucionalidade e da legalidade da proposta de referendo aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 6-A/2014, sobre a possibilidade de coadoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto, devolvo a Vossa Excelência esta Resolução, nos termos e para os efeitos do artigo 28.º da Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril, uma vez que o Tribunal Constitucional se pronunciou pela sua inconstitucionalidade e ilegalidade.»

Sobre esta mensagem do Sr. Presidente da República foi já definido entre todos os grupos parlamentares que haverá lugar a uma intervenção de 2 minutos por parte de cada grupo parlamentar.

Tem a palavra, em primeiro lugar, a Sr.^a Deputada Isabel Alves Moreira.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ouvida a mensagem, que é, naturalmente, relativa ao acórdão do Tribunal Constitucional, começo por dizer que o acórdão foi claro e desmascarou uma farsa.

O acórdão deixou claro que o procedimento legislativo que aqui teve seguimento, durante meses, de forma exemplar, dizia respeito a uma situação completamente diferente da adoção por casais do mesmo sexo.

Infelizmente, por uma jogada política, tentou contaminar-se um processo legislativo através de uma proposta de referendo obsoleta, que o Tribunal Constitucional desmascarou.

O que está aqui em causa é retomarmos o bom senso, o que está aqui em causa é lermos com atenção o acórdão do Tribunal Constitucional, que cita repetidamente o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e a importância de ter em conta as realidades familiares já existentes. Importa voltarmos ao bom senso, voltarmos a respeitar este Parlamento como um Parlamento pelo qual se lutou durante muitos anos e não o confundir mais com a Assembleia Nacional.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo PCP, está inscrito o Sr. Deputado António Filipe.
Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Este acórdão do Tribunal Constitucional não surpreende.

Sempre tivemos a convicção — aliás, afirmámo-lo repetidamente — que esta proposta de referendo era manifestamente inconstitucional. Mas dissemos mais: dissemos não apenas que a maioria PSD (neste caso) deveria ter poupado o País a este espetáculo de instrumentalização do instituto referendário para impedir a conclusão de um processo legislativo que deveria ter sido concluído na Assembleia da República, em sede própria, mas também que o Sr. Presidente da República poderia ter poupado o Tribunal Constitucional a ter de se pronunciar sobre esta questão se tivesse assumido que não convocaria o referendo. Não o fez, remeteu a questão para o Tribunal Constitucional, que, como era mais do que previsível, considerou esta proposta inconstitucional.

Portanto, a questão voltou ao ponto de onde nunca deveria ter saído.

A única coisa que a Assembleia da República tem a fazer neste momento é concluir o processo legislativo, ao qual só falta a votação final global.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, é a conclusão, sem mais delongas, desse processo legislativo que se impõe no momento presente.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — A próxima intervenção é do Sr. Deputado Nuno Magalhães, do CDS-PP.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como ontem dissemos, o CDS, como de resto é habitual, respeita as decisões do Tribunal Constitucional e reafirma na Assembleia da República que, nas atuais circunstâncias que Portugal e os portugueses atravessam, a nosso ver a coadoção não é uma prioridade.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta decisão do Tribunal Constitucional, em abono da verdade, não surpreendeu absolutamente ninguém, nem tão-pouco os proponentes, como nós, de resto, tínhamos afirmado no debate, nem o Sr. Presidente da República.

Os proponentes sabiam que aquilo que estavam a propor era manifestamente inconstitucional e daí decorre a má-fé com que apresentaram este projeto de realização de um referendo, onde misturaram, nitidamente, duas realidades completamente distintas: a questão da adoção e a questão da coadoção.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Os Verdes entendem que o processo legislativo relativo à coadoção, que se encontra na Assembleia da República, deve continuar o seu curso, deve vir a votação final global e o processo deve, assim, ser concluído.

Entendemos que os proponentes não devem encontrar mais manobras de diversão para tentarem chumbar administrativamente aquilo que a Assembleia da República tem o dever de votar livremente e de estar atenta à realidade portuguesa, aos problemas concretos dos portugueses, porque o nosso dever é o de os resolver.

Temos isso na mão, temos o dever na mão.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, pelo PSD.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao ouvir, hoje, a intervenção dos Srs. Deputados que me antecederam fez-me parecer que estamos todos num debate diferente.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

Os Srs. Deputados que me antecederam dizem todos que concordam com o acórdão do Tribunal Constitucional. É engraçado que o digam, Sr.^a Presidente, numa matéria que é séria, porque, no passado, os argumentos que utilizaram para invocar a inconstitucionalidade da proposta de referendo não são os mesmos que o Tribunal Constitucional utiliza.

E, Sr.^a Presidente, das duas uma: ou os Srs. Deputados que me antecederam não leram o acórdão — e isso é manifestamente imprudente —, ou os Srs. Deputados mudaram todos de opinião.

É que quem leu o acórdão sabe que é factual o que o Tribunal Constitucional diz: «Esta é uma matéria de relevante interesse nacional. É uma matéria que divide a comunidade científica e é uma matéria que divide a sociedade» — é o Tribunal Constitucional que o diz.

Diz também o Tribunal Constitucional que pode haver referendo sobre matérias que não estejam pendentes na Assembleia da República sem que, para tal, haja iniciativa legislativa pendente.

Vozes do PSD: — Exatamente!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É o Tribunal Constitucional que o diz neste acórdão, não sou eu.

O Tribunal Constitucional diz ainda outra coisa: que é uma única matéria, que a matéria é homogénea. Ora, ouvimos agora os parlamentares da oposição dizerem precisamente o contrário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Repito, pois, que de duas uma: ou não leram o acórdão ou querem continuar a invocar inconstitucionalidades que o Tribunal Constitucional não identifica neste acórdão.

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

Sr.^a Presidente, importa referir que o Tribunal Constitucional diz que a proposta de referendo é inconstitucional por uma razão.

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Diz o Tribunal Constitucional que as duas perguntas podem confundir os portugueses tratando-se de uma única matéria.

Pois nós queremos aqui dizer que não é esse o entendimento que temos do discernimento que cada português tem sobre as matérias para que é chamado a votar, que respeitamos, evidentemente, a decisão do Tribunal Constitucional e que, dentro do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, vamos estudá-la e, depois, tomaremos a nossa decisão.

Não deixamos, porém, de registar duas coisas.

Em primeiro lugar, o tema, de facto, não é a grande prioridade política do País, mas foi introduzido pelo Partido Socialista.

A segunda nota que registo é a de que todos os argumentos que, nesta Câmara e na opinião pública, foram utilizados pelos partidos da oposição para invocarem as inconstitucionalidades caíram por terra com este acórdão do Tribunal Constitucional.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É falso!

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Honório para intervir em nome do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Este acórdão do Tribunal Constitucional era esperado. Fizemos inúmeros alertas para as inconstitucionalidades previsíveis. E a intervenção do Sr. Deputado Hugo Lopes Soares veio revelar que, para além da constante desvalorização por parte da maioria, particularmente pelo PSD, da nossa Constituição,...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Eu não disse nada disso!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — ... temos, porventura, Sr. Deputado, um problema de literacia.

O acórdão é claro. Esta proposta, feita às três pancadas, como V. Ex.^a bem sabe, é inconstitucional. E foi feita às três pancadas, Sr. Deputado Hugo Soares, porque ela visava «matar dois coelhos de uma cajadada só»: visava calar as vozes dissonantes dentro da bancada do PSD, visava levar um problema de ajuste de contas dentro do PSD para o País — se o PSD não se entende, faça-se um referendo sobre esta matéria —, calando-se as vozes dissonantes, e, ao mesmo tempo, satisfaziam-se os setores da direita mais atizada, que têm dado alguns sinais nos últimos tempos.

Este era o vosso objetivo, V. Ex.^a deu a cara, mas a verdade é que a responsabilidade política desta marosca política sem nome, desta manobra baixa, é de Pedro Passos Coelho!

Vozes do PSD: — Eh!...

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sem o aval do Primeiro-Ministro, esta proposta sem pés nem cabeça, sem qualquer seriedade, não teria avançado.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Lopes Soares.

É tempo, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, de reconhecer que este processo morreu, está enterrado.

V. Ex.^a disse, há relativamente pouco tempo, que está muito disponível para reformular as perguntas desde que o referendo não caia.

Ó Sr. Deputado, nós deixamos-lhe um apelo: chega de disparates! Não brinque mais com a vida destas famílias e destas crianças!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Leia o acórdão!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — É hora de consagrar os seus direitos, é hora de respeitar os seus problemas, é hora de reconhecer toda a dignidade, a dignidade que VV. Ex.^{as} não tiveram em todo este processo.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Ó Sr. Deputado, até cito o mensageiro: «Deixem-nos trabalhar!»

Deixem a Assembleia da República fazer o seu trabalho! Deixem o processo legislativo correr! Respeitem todas as entidades, todas as pessoas ouvidas! Respeitem o Parlamento! Deixem-nos trabalhar e deixem de

desprezar a vida destas famílias e destas crianças, que merecem a dignidade que VV. Ex.^{as} nunca tiveram em toda esta manobra baixa.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, passamos ao ponto seguinte dos nossos trabalhos, inicialmente previsto para ser o primeiro ponto mas ao qual a matéria que tratámos se sobrepôs.

Vamos, então, dar início às declarações políticas, que terão lugar pela seguinte ordem: PS, CDS-PP, PCP, BE, Os Verdes e PSD.

Em primeiro lugar, para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ainda se viam no ar os foguetes coloridos lançados pelo Governo para comemorar festivamente o apregoado sucesso do ajustamento estrutural da economia portuguesa e já o relatório do FMI sobre a décima avaliação do Programa de Assistência Financeira dava conta, publicamente, de que esse ajustamento estrutural não passa de uma ilusão; é apenas um frágil castelo de areia, exposto à sorte de marés incontrolláveis, mas erguido pelo Governo e pela troica à custa dos sacrifícios dos portugueses e à custa do empobrecimento de Portugal.

Aplausos do PS.

As palavras do FMI são absolutamente claras. Dizem assim: «O ajustamento externo tem sido conseguido, em larga parte, devido à compressão das importações de bens que não sejam combustíveis e, ultimamente, ao crescimento das exportações de combustíveis. Esta dependência (...) arrisca enfraquecer os ganhos conseguidos assim que as importações recuperarem de níveis anormalmente baixos e as unidades de refinação eventualmente esgotem a sua capacidade extra, ao mesmo tempo que a melhoria na exportação de serviços é vulnerável a choques na procura de turismo».

O que isto significa é simples, aliás muito simples para quem o queira entender: os resultados obtidos no ajustamento externo, que mereceram tantos discursos e tantos elogios, não refletem, ao contrário do que se diz, nenhuma reforma estrutural que tenha sido empreendida nos últimos anos — nenhuma reforma estrutural!

Aplausos do PS.

Traduzem, isso sim, a queda brutal da procura interna provocada pelo empobrecimento; uma situação conjuntural mais favorável no sector do turismo; e, sobretudo, os efeitos da entrada em funcionamento de um projeto lançado ainda no tempo do Governo socialista — a refinaria da Galp, em Sines.

Risos do PSD.

Os números são absolutamente claros: os combustíveis explicam quase 60% do aumento das exportações de mercadorias — 60%, Srs. Deputados! Se não fossem os combustíveis, as exportações teriam crescido, no último ano, não 4,7% mas apenas 2,2%; e, se excluirmos os combustíveis das exportações e das importações, a balança comercial de mercadorias seria, afinal, negativa e não positiva.

A esta verdade inconveniente, reconhecida agora pelo FMI, e que frontalmente desmente a teoria do milagre económico, respondeu o Governo incomodado e decidido a insistir no refrão da sua propaganda. Mas nesta súbita divergência entre Governo e FMI é muito fácil perceber quem está e quem não está em campanha eleitoral.

Aplausos do PS.

Houve — ninguém o nega — uma resposta positiva das empresas portuguesas, que, enfrentando um contexto adverso, reforçaram em vários setores a sua aposta nos bens transacionáveis.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Isso é um facto, e um facto positivo. Tal como é positivo — e também ninguém o nega — que a economia portuguesa dê finalmente os primeiros sinais de que bateu no fundo e de que começa, timidamente, a recuperar,...

Vozes do CDS-PP: — Ah!...

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — ... beneficiando de uma conjuntura externa menos desfavorável e do travão às políticas de austeridade imposto pelo Tribunal Constitucional.

Que esses factos ocorram é positivo, ninguém o contesta. Afastemos, portanto, de uma vez por todas, essa demagogia. Não nos dividimos entre os que se alegram com os bons resultados e os que se zangam com eles, nem entre os que reconhecem o esforço dos portugueses e os que alegadamente o menosprezam. Essa dicotomia primária é falsa e não é séria, sequer.

Aplausos do PS.

Apenas serve para alimentar despiques parlamentares vazios de sentido e de conteúdo.

O que está em causa é outra coisa: é saber se aproveitamos esta oportunidade para convergir numa leitura realista da situação da economia portuguesa que reconheça os problemas e que não os disfarce; que crie condições para novas respostas políticas e não que insista no erro desta política de uma nota só — a obsessão pela austeridade, que provocou três anos de recessão, semeou a devastação na economia e nas condições de vida dos portugueses e empurrou muitos milhares para o desemprego e para a emigração.

Aplausos do PS.

Porque uma coisa sabemos: uma economia que sofreu três anos de recessão não está agora melhor do que estava; uma economia que tem 16% de desemprego não está agora melhor do que estava;...

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — ... uma economia que tem agora 130% de dívida pública não tem contas públicas mais saudáveis do que tinha.

É um insulto à inteligência, ao sofrimento dos portugueses o desfile de ministros nas televisões festejando não se sabe bem o quê.

Aproveitemos, portanto, esta oportunidade que o relatório do FMI concede para afastar a fantasia. Não se insista na ilusão de um sucesso que ninguém vê e numa transformação estrutural da economia em que ninguém verdadeiramente acredita. Porque só assumindo e enfrentando a realidade podemos discutir o caminho do futuro.

E discutiremos também as propostas do FMI, que insistem numa receita que falhou e que também tem um refrão conhecido: mais austeridade, mais 3 mil milhões de euros de austeridade em cima dos mesmos — funcionários públicos e pensionistas. Esta é uma agenda que tem de ser abandonada.

Faz mal o Governo em rejeitar o diagnóstico e faz pior em abusar da receita. Melhor seria disponibilizar-se para o que verdadeiramente interessa: reconhecer a realidade, corrigir os erros e mudar de rumo. Porque a fantasia já não engana ninguém. O Carnaval está à porta mas a máscara já caiu.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Miguel Frasquilho, do PSD, Nuno Magalhães, do CDS-PP, Miguel Tiago, do PCP, e Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

Entretanto, o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira informou a Mesa que pretende responder a grupos de dois pedidos de esclarecimento.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Frasquilho.

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, queria começar por agradecer-lhe o facto de vir recordar-nos hoje, nesta Câmara, perante todos os portugueses, que este Governo e esta maioria estão a fazer tudo aquilo que o Partido Socialista, durante anos a fio, não soube fazer em prol de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E, sobretudo, agradeço-lhe por vir recordar-nos nesta altura, quando faltam três meses para terminar o nosso Programa de Ajustamento, que aquilo que vai ficar para a História, aquilo que é factual, é que houve um Governo, do qual o Sr. Deputado era figura proeminente, o número dois do Governo, que levou Portugal à bancarrota, e que há outro Governo, desta maioria, que vai retirar Portugal da bancarrota. São factos, e a realidade prova-o!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado — e falo também para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista —, que, com esta intervenção, o PS regrediu três anos: estamos em 2011 e o Partido Socialista ainda não tinha percebido o que é que ia acontecer ao País. O Sr. Deputado veio hoje recordar-nos essa realidade.

Sr. Deputado, esperava vê-lo aqui hoje a congratular-se com os progressos económicos que temos vindo a fazer, depois de dois anos extraordinariamente difíceis, que o senhor, como negociador com a troica em 2011, sabia que nunca poderiam deixar de ser realidade.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Mas, agora, que temos a economia a recuperar, que temos o desemprego a reduzir, que temos todos os indicadores de confiança a apontarem para a sustentação desta recuperação, o Sr. Deputado presenteia-nos com uma análise destas?!

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Oh!...

O Sr. **Miguel Frasquilho** (PSD): — Sr. Deputado, que desfaçatez sem limite! Que desfaçatez sem limite!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mais ainda, Sr. Deputado: infelizmente para Portugal, que precisava de um Partido Socialista à altura dos acontecimentos, o PS ainda não percebeu a realidade em que se insere. Podia inspirar-se no SPD, na Alemanha, podia inspirar-se no Sr. Hollande — *mon ami* Hollande, não é verdade, Sr. Deputado? —, em França, podia inspirar-se no partido trabalhista do Sr. Dijsselbloem, na Holanda, podia inspirar-se até no Sr. Renzi, em Itália, mas o PS está profundamente isolado mesmo no contexto europeu.

E quando, em Portugal, há resultados de uma política que seria sempre muito exigente, muito dura e que todos sabíamos que teria estas consequências, quando começa a dar frutos, sinceramente, Sr. Deputado, é lastimável que o Partido Socialista não tenha outro contributo para dar que não a intervenção que o Sr. Deputado proferiu da tribuna.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães, do CDS-PP.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, o que ainda estaria para vir!... Nós, que esperávamos já ter visto tudo, o que vimos hoje? O Partido Socialista, perante uma afirmação incorreta do FMI,...

Risos do PS.

... os factos objetivos e o interesse nacional, esquece o interesse nacional, esquece os factos objetivos e põe-se do lado de uma afirmação incorreta do FMI. O que ainda teríamos de ver!...

O Sr. Deputado falou em exportações. Muito bem, vamos às exportações, vamos a factos. Dados, números, totais do Banco de Portugal divulgados hoje mesmo, basta ler: no que respeita a bens e serviços, em 2013, as exportações cresceram 4,9% em bens e 7,7% em serviços, num total de 5,7%. Isto é um recorde, Sr. Deputado! É uma proeza das empresas, dos empresários e dos trabalhadores, que esperávamos merecer da parte do Partido Socialista uma palavra de estímulo e de alento.

O Sr. Deputado e o Partido Socialista dizem: são os combustíveis. São! São também os combustíveis. Mas, Sr. Deputado, é crime criar postos de trabalho em Sines? É crime criar postos de trabalho, direta ou indiretamente, para as populações de Sines, de Alcácer do Sal, do distrito de Setúbal? Não creio, Sr. Deputado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Mas isso algum dia aconteceu?

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Mas, Sr. Deputado, já agora, dizia-lhe que estes combustíveis representam apenas 11% do total das exportações portuguesas. Isso quer dizer o quê, Sr. Deputado? Quer dizer que a alimentação e os produtos alimentares representam 8%, os plásticos 5%, a celulose 4,7%, o calçado 4,8%, os têxteis 5,5%, a ótica 22%, as peles e couros 24%. Srs. Deputados, são portugueses, são trabalhadores que estão a fazer o melhor para salvar Portugal da situação em que os senhores nos colocaram!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

De resto, não deixa de ser extraordinário o seguinte: a Espanha exporta combustíveis, a Itália exporta combustíveis, a Alemanha exporta combustíveis, a Dinamarca exporta combustíveis. Por que razão Portugal não o deveria fazer?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Por que razão o Sr. Deputado fica assim tão incomodado e parece apoucar este tipo de esforço?

Mas, Sr. Deputado, há uma parte da sua declaração política em que notei ter esperança: quando o Sr. Deputado se rebela, de alguma forma, contra aquilo que chamou de dicotomia entre os alegres e os zangados. Ora, este Governo nunca disse que está alegre; nunca viu da parte do Governo nenhum tipo de euforia em relação a esta matéria. Aliás, ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro, no debate de sexta-feira passada, dizer, e bem (permita-me a imodéstia) que ainda há muito para fazer e que ainda estamos descontentes com os números do desemprego.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Portanto, não sei quem são os alegres, mas nós sabemos quem é que está zangado: é o Secretário-Geral do Partido Socialista, que, em todos os debates, apouca o esforço dos portugueses.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — É verdade!

Protestos do PS.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Portanto, notamos bem o recado que o Sr. Deputado dá à direção do Partido Socialista: «Fiquem menos zangados e façam mais consensos.» Essa é, Sr. Deputado, a ideia à qual me junto. É isso que gostava de ver da parte do Sr. Deputado, já que durante seis anos e meio de governação do Partido Socialista não foi possível termos uma ideia sobre como reduzir o défice, como reduzir a despesa pública.

Esperamos que o Sr. Deputado possa influenciar o Partido Socialista, não a bem do Governo, não a bem da maioria, mas a bem de Portugal, para que possamos ter consensos em áreas como as do sistema fiscal, das infraestruturas prioritárias, da redução de despesa. Para isso, contará, certamente, com o CDS.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Miguel Frasquilho, ficaria mais preocupado com a sua intervenção se acaso o Sr. Deputado acreditasse verdadeiramente naquilo que aqui disse,...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ora, aí está!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — ... porque sei que não é completamente assim.

Começo pela questão da desfaçatez, Sr. Deputado. Desfaçatez é a sua e a da sua bancada, que sistematicamente invocam a questão da bancarrota quando sabem que foram os senhores que, contra o parecer do Banco Central Europeu, se levantaram aqui...

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Custa muito ouvir, não é? Mas vão ouvir, vão ouvir!

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, desconto-lhe no tempo.

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.
Não há volta a dar, Srs. Deputados...

Continuação dos protestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Estão nervosos! Estão nervosos!

A Sr.^a **Presidente**: — Pedia-lhe que aguardasse um pouco, Sr. Deputado, que o tempo ser-lhe-á descontado.

Pausa.

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.
Sr. Deputado Miguel Frasquilho, os senhores não se cansam do disco encravado da bancarrota.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — É verdadeiro!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Mas fiquem sabendo que recordaremos sempre que se levantaram neste Parlamento para, contra o parecer do Banco Central Europeu e do Conselho Europeu, chumbarem um Programa de Estabilidade e Crescimento.

Aplausos do PS.

Isso precipitou a rutura de financiamento da República Portuguesa e trouxe o *rating* da República Portuguesa para lixo, onde ainda agora está, Sr. Deputado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Apesar de todos os foguetes do Governo, é onde está agora o *rating* — está em lixo, Sr. Deputado!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente:** — Srs. Deputados, volta a não ser possível ouvir o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Ainda bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — É para que se veja o sentido democrático do PSD!

A Sr.^a **Presidente:** — Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Deputado, creio que não quis ouvir, não quis perceber o relatório do FMI, porque ele convoca o País para um debate sobre a verdade do ajustamento estrutural da economia portuguesa. E o FMI diz «atenção, este ajustamento externo de que se fala assenta predominantemente na questão dos combustíveis, no que diz respeito à balança dos serviços» — assenta em 60%.

O Sr. **António Braga** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — E diz mais: diz que há efeitos conjunturais no setor do turismo e que a balança comercial melhorada acontece em razão de um empobrecimento conjuntural. O que está a dizer é que se essa situação se alterar, a nossa economia vai ter problemas sérios. E os senhores, das duas, uma: ou põem a cabeça na areia para alimentarem a vossa campanha eleitoral ou reconhecem esta realidade.

E vem o Sr. Deputado dizer que estão a fazer o que não se fez nos governos socialistas?! Sr. Deputado, sabe quais são as duas maiores exportadoras portuguesas? A refinaria da Galp, em Sines, e a Portucel, que são projetos lançados pelo Governo do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

É por isso que me espanta — nem consigo, aliás, perceber — o argumento do Sr. Deputado Nuno Magalhães, como se dissesse que para o Partido Socialista é um crime — foi o que o Sr. Deputado disse — exportar combustíveis, como se fosse um problema criar empregos nos combustíveis!

Sr. Deputado, está completamente equivocado: quem criou aqueles empregos foi o Governo do Partido Socialista, que lançou esse projeto!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Lançou esse projeto, sim!

Mas não é isso que está em causa. A questão está em saber se... — e estou a procurar convocar este Parlamento para uma coisa difícil, Sr.^a Presidente, que é convocá-lo para um debate sério sobre a situação estrutural da economia portuguesa.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Sério?!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — É verdade que é difícil trazer o PSD para um debate sério.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Oh!...

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Mas a verdade é que quando o FMI nos diz que este ajustamento estrutural da economia portuguesa é ilusório, devemos perceber quais são as medidas que devem ser adotadas. Talvez a paralisação de todos os processos de modernização da economia portuguesa a que este Governo procedeu tenha sido um erro. Talvez devêssemos pensar de outra forma os problemas da economia portuguesa.

Foi isso que o Governo do Partido Socialista procurou fazer com as reformas para a modernização do Estado e da economia, para a aposta nas exportações, sim, na Portucel, na refinaria da Galp, em Sines, e também nas energias renováveis, Srs. Deputados.

Essa fantasia de que os senhores estão agora a fazer aquilo que os outros não fizeram...

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Srs. Deputados, os governos do Partido Socialista reduziram o défice orçamental para a casa dos 3% até à crise internacional, como os senhores bem sabem. E o Sr. Deputado Miguel Frاسquilho sabe-o melhor do que ninguém.

Depois, houve uma crise internacional, como o Sr. Deputado também sabe.

Aliás, se os Srs. Deputados visitarem qualquer livraria internacional, e mesmo nacional, encontram prateleiras inteiras sobre uma coisa que os economistas agora chamam, com maiúsculas, a «Grande Recessão de 2009».

Portanto, Srs. Deputados, talvez fosse altura de nos concentrarmos num debate sério sobre a realidade da economia portuguesa.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — É para isso que estamos disponíveis, não para outra coisa e não, com certeza, para insistir nesta política de uma nota só, que trava a modernização do País e que insiste na austeridade sobre os mesmos, agravando o desemprego e provocando mais desigualdade e mais pobreza na economia portuguesa.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Peço aos Srs. Deputados que respeitem os tempos atribuídos. O não respeito dos tempos por parte dos primeiros oradores implica que tenha de se dar também margem de tempo aos oradores subsequentes.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pelo tema que trouxe hoje às declarações políticas.

É também notável porque, em função do relatório do FMI, representa uma espécie de um ato de arrependimento do Partido Socialista por ter sido subscritor, até há bem pouco tempo, de praticamente de todas as políticas que estão agora a ser levadas a cabo. Aliás, foi um dos subscritores, na altura orgulhoso, do pacto de agressão que foi lançado sobre os portugueses pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, quando assinou aquele Memorando com as instituições estrangeiras.

Sobre o diagnóstico, Sr. Deputado, da parte do PCP, como sabe, há inclusivamente até uma certa correspondência com o que nos descreveu. Aliás, não só sobre a situação política, como também à custa de que é que se tem obtido esta situação política sobre o empobrecimento: os cortes nos salários e nas pensões, a compressão do consumo interno, a insustentabilidade do percurso de reequilíbrio da balança, única e exclusivamente sustentado numa variação das exportações, que pode não ser estável, enfim... Tudo isso, da parte do PCP, merece convergência na avaliação.

Isso já era, aliás, aquilo que o PCP identificava como o futuro, quando foi apresentado o pacto de agressão, que na altura o PS defendeu como Programa de Governo, tal como, ainda que de forma velada, o PSD e o CDS defenderam.

Sobre as características e sobre os resultados, julgo que aquilo que o PCP dizia na altura é aquilo que agora se comprova e que o próprio FMI, em alguns aspetos, descreve da mesma forma, apesar de ser, evidentemente, com objetivos distintos.

Sr. Deputado, o que se coloca aos portugueses e à Assembleia da República neste momento não é apenas a identificação do problema. A identificação é importante, porque sem ela não podemos resolver o problema, mas não é suficiente para o ultrapassar.

O Sr. Deputado não explicou qual seria a verdadeira política alternativa e em que medida é que o Partido Socialista, agora, sendo autor das políticas em curso, se apresenta como protagonista viável para essa alternativa.

Em que ficamos, Sr. Deputado? Quanto à questão da demissão urgente do Governo e a definição de uma política alternativa que coloque os interesses do País acima dos interesses dos grandes grupos económicos e das potências estrangeiras, de que lado está o PS? Sobre a renegociação da dívida, de que lado está o Partido Socialista? Sobre a devolução dos salários e pensões retirados, roubados aos portugueses, de que lado está o Partido Socialista? E sobre a reabertura dos serviços públicos?

E, Sr. Deputado, peço-lhe que nos faça a todos o favor de não voltar com a vitimização do PEC IV e da respetiva responsabilização do Partido Comunista Português, porque senão terei de vos lembrar que o PEC IV continha exatamente o mesmo veneno que contém o Memorando de Entendimento, que é a austeridade que vai sufocando o País.

Protestos do PS.

Também não me faça lembrá-lo que do PEC IV já constavam 425 milhões de cortes nas pensões, 1000 milhões de cortes no investimento público e 1360 milhões de cortes na saúde só para 2011, 500 milhões de cortes na saúde para 2011 e 2012.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, Sr. Deputado, aquilo que agora identifica como o veneno que nos mata era o mesmo veneno que os seus documentos já continham. Poupe-nos a essa ladainha e diga qual é a alternativa para que o PS está disponível: demitir o Governo, renegociar a dívida, devolver aos portugueses os direitos roubados.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**. — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, o FMI veio, de facto, deitar abaixo toda a propaganda do Governo. É lógico, o FMI está dizer, neste momento, que o milagre económico não existe. Trata-se de uma propaganda para o Governo enfrentar os portugueses e conseguir chegar às próximas eleições — não passa disso.

O milagre económico não existe, porque a austeridade não cria milagres económicos, a austeridade empobrece. Cortam-se salários, corta-se no investimento, cortam-se pensões, corta-se no serviço público e, portanto, um País que está mais pobre não pode ser um País que produz mais, não pode ser um País que cria empregos, não pode, sequer, ser um País que pague a dívida. Nenhum país mais pobre paga melhor a sua dívida. A única coisa que pode acontecer a um país mais pobre — e está a acontecer em Portugal — é um reajustamento das suas contas externas, em que a importação diminui porque as pessoas estão mais pobres e em que parte do que era produzido internamente, como já não pode ser vendido a pessoas pobres, passa a ser vendido para fora.

É por isso que as bancadas da direita não conseguem explicar porque é que as exportações aumentam, mas a produção não aumenta. Não se produz mais, simplesmente há uma parte da produção que é virada para fora.

Não há, pois, novo paradigma, não há mais produção, não há mais inovação.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Está enganada!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há mais desemprego, há mais pobreza. E há mais pobreza porque é isso que a austeridade faz, porque foi essa a estratégia.

Sr. Deputado, a estratégia da pobreza é a estratégia do Memorando da troica, assinada pelo PS, estratégia essa que vinha nos sucessivos PEC apresentados pelo PS a esta Câmara. E o FMI, além de desconstruir o milagre económico, diz uma outra coisa: que além desta austeridade, é preciso mais 2000 milhões de austeridade. Para cumprir o quê? O Tratado Orçamental! Assinado por quem? Pelo PS, além das bancadas da direita!

Portanto, tivemos um pacto de regime, que foi o da troica, com uma política de austeridade e de empobrecimento, ao qual se segue um Tratado Orçamental que vai na mesma linha.

A minha pergunta, muito direta, Sr. Deputado, é no sentido de saber se acha compatível o seu discurso de crítica à austeridade enquanto estratégia de empobrecimento com a sua assinatura do Tratado Orçamental, que perpetua essa mesma austeridade e essa mesma estratégia.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira para responder.

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Sr.^a Presidente, por alguma razão o Sr. Deputado Miguel Tiago temia que lhe recordasse o PEC 4, porque a verdade é que esse é o momento fundador deste Governo da direita. E o Sr. Deputado sabe bem que é assim.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Bem lembrado! O que vale é que lhe fugiu a boca para a verdade!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Acontece que nós sabemos que, desde 2010, a União Europeia adotou uma nova estratégia para enfrentar esta crise internacional, diferente, aliás, da estratégia norte-americana, e que isso se expressou, nos diferentes países, na adoção dos chamados Programas de Estabilidade e Crescimento. E o Governo do Partido Socialista adotou essas medidas, procurando sempre conciliá-las, quer com a modernização da economia portuguesa, quer com as estratégias de combate à pobreza e às desigualdades. Mas avisámos — aliás, lembro-me bem de ter avisado eu, dali, daquela tribuna —, no momento da votação do PEC 4, que se os senhores achavam que era o FMI que governava, então era caso para vos dizer que ainda não tinham visto nada!

Vozes do PS: — Exatamente!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — A verdade é que, ao fim de dez avaliações e de dez revisões do Memorando inicial, fez-se toda a diferença.

Os Srs. Deputados do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda podem querer confundir as coisas,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Por que é que assinaram o pacto? Se o FMI é assim tão mau, por que é que o assinaram?

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — ... mas a verdade é que para os portugueses, ao contrário do que se possa supor, faz uma certa diferença receber ou não receber o subsídio de Natal e o subsídio de férias, e a verdade é que no Memorando inicial isso não estava previsto, mas foi executado.

Faz uma certa diferença para os empresários da restauração pagar o IVA à taxa máxima ou o IVA à taxa intermédia, e a verdade é que o IVA à taxa máxima não estava no Memorando inicial.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — O Sr. Deputado pode querer esquecer, mas a verdade é que para as famílias faz uma certa diferença pagar um enorme aumento de impostos no IRS, mais 30%, que é uma medida que não estava no Memorando inicial, ou aplicar aquele que foi o Memorando inicial.

Portanto, quando o Sr. Deputado diz que o Partido Socialista apoia esta política está a esquecer que esta política foi alterada em dez revisões unilaterais do Memorando, que aplicou o dobro da austeridade e que isso tem a oposição do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Então, tirem o nome do Memorando!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — O Governo do Partido Socialista assinou o Memorando inicial da troica, porque o País foi colocado numa situação de emergência financeira.

O voto do Partido Comunista contribuiu para esta situação, quer o senhor queira, quer não queira reconhecê-lo!

Aplausos do PS.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Isso foi uma acrobacia!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Troca-tintas é o que os senhores são!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — E isto que digo para o Partido Comunista vale também para a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, quando nos fala da estratégia de empobrecimento dos governos do Partido Socialista. Tenho, aliás, verificado nestes últimos anos, com alguma frequência, como as bancadas parlamentares à nossa esquerda se empenham na defesa de medidas do Governo do Partido Socialista que eram medidas emblemáticas, por exemplo, do combate às desigualdades, como o investimento na escola pública e o investimento nas Novas Oportunidades. Tenho-vos visto a defender essas medidas, porque sabem que eram decisivas para a defesa da mobilidade social e para o combate à pobreza.

Aplausos do PS.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Fecharam 4500 escolas!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — Portanto, Srs. Deputados, não nos misturem, porque sabem bem a diferença, e enquanto insistirem nessa confusão é a direita que ganha. Já seria altura de o compreenderem.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Assinaram o pacto e os culpados somos nós?!

O Sr. **Pedro Silva Pereira** (PS): — O Sr. Deputado Miguel Tiago pergunta: «O que fazer?» Digo-lhe já o que fazer, aproveitando também para complementar a resposta ao Sr. Deputado Miguel Frاسquilho, que me veio falar da social-democracia europeia, do SPD alemão. Pois uma boa sugestão, Sr. Deputado, seria, por exemplo, fazer como o SPD alemão fez, que exigiu ao governo da Sr.^a Merkel o aumento do salário mínimo nacional. Ora aí está um bom começo para a recuperação do poder de compra das famílias e para a recuperação da economia portuguesa!

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Michael Seufert, do CDS-PP, para proferir a próxima declaração política, peço ao Sr. Secretário Duarte Pacheco que dê conta de um relatório e parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação relativo à entrada em funções de um Deputado, que teremos de votar precisamente para que lhe seja permitido entrar em funções.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, o relatório e parecer refere-se à suspensão de mandato do Deputado Pedro Jesus Marques (PS), nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, e foi aprovado por unanimidade em Comissão, com a ausência do Bloco de Esquerda.

O parecer é no sentido de que a substituição temporária requerida pelo Sr. Deputado Pedro Marques deve ser autorizada ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 da alínea *b*) do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados e que a vaga resultante da suspensão do mandato, determinada pelo exposto no n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, deverá ser preenchida por Sandra Cardoso, a partir de 20 de fevereiro, inclusive.

A Sr.^a **Presidente**: — Vamos, então, votar este parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sr.^a **Presidente**: — Dou as boas-vindas à Sr.^a Deputada Sandra Cardoso.

Vamos, então, prosseguir com as declarações políticas.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert, do CDS-PP.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal enfrentou, nas últimas décadas, enormes desafios no domínio da educação — alargámos a escolaridade e o acesso à escola a todos os jovens (aumentámos várias vezes a escolaridade obrigatória), eliminou-se largamente o analfabetismo e aumentaram-se as qualificações dos portugueses.

Olhando para os números, e sem esquecer que, naturalmente, nesta estrada, ainda há muito a ser percorrido, vemos que nestes desafios estamos muito bem encaminhados.

O que acontece é que, com a mudança dos tempos, outros desafios se levantam. E vale a pena parar para perceber que, hoje, as escolas portuguesas estão numa posição muito diferente do que estavam há uns anos. Os desafios, hoje, globalmente, são outros. Hoje, a escola portuguesa é mais heterogénea do que era há uns anos e as nossas populações escolares são mais diversas, a escola chega a mais pessoas. Essa diversidade implica — o CDS tem-no dito — uma maior pluralidade nas necessidades educativas dos alunos e torna indispensável que as escolas tenham um esforço de adaptação para dar resposta a essas necessidades. Aliás, os desafios que os jovens terão de enfrentar no futuro são diferentes daqueles que enfrentavam há uns anos atrás e são, cada vez mais, imprevisíveis.

A pergunta que, portanto, se nos coloca é: como preparar hoje os jovens para esses novos desafios? E acreditamos que a resposta adequada nunca poderá ser a de uma via única.

E se isso é verdade e se uma oferta educativa uniformizada já não serve para responder às necessidades educativas dos jovens e já não é suficiente para os preparar convenientemente para o futuro, também é verdade que no panorama internacional Portugal compara mal nas matérias de autonomia escolar.

A comparação internacional, através dos relatórios da OCDE, realça o atraso português relativamente à autonomia das escolas. Portugal é, ainda hoje, dos países cujo sistema educativo está mais centralizado, onde o Ministro decide mais e onde as escolas decidem menos. Os indicadores são muito claros: a OCDE diz-nos que, em Portugal, 22% das grandes decisões são tomadas pelas escolas, enquanto 78% dependem diretamente do Ministério da Educação. Na OCDE, pior só no México, na Grécia ou no Luxemburgo.

Mas esta é apenas uma parte do atraso português. É que não somente Portugal apresenta níveis muito baixos de autonomia escolar, como entre 2007 e 2011 os níveis de autonomia das escolas portuguesas baixaram acentuadamente.

A posição do CDS sobre esta questão é muito clara, desde há muitos anos: defendemos mais autonomia para as escolas, para que se possam diferenciar entre elas e oferecer aos alunos maior diversidade na oferta educativa. E defendemos mais liberdade para as famílias para que, dentro dessa diversidade, elas possam escolher o projeto educativo que melhor satisfaz as necessidades dos seus filhos.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do PSD Carlos Abreu Amorim.

Acreditamos, portanto, que autonomia e diversidade andam a par da liberdade de escolha. Haver diversidade sem existir poder de escolha é promover a injustiça; haver liberdade de escolha sem diversidade de pouco ou nada serve. Por essas razões, identificamo-nos com algumas medidas que foram anunciadas recentemente pelo Governo.

Recordo que, entre a tomada de posse do Governo e o momento atual, o número de escolas que assinaram contratos de autonomia aumentou nove vezes, passando de 23 escolas para 212. Se esse aumento, creio, fala por si, esperamos que durante este mandato o Governo ainda possa alargar a mais escolas estes contratos de autonomia.

Recentemente, o Governo anunciou a intenção de agilizar e tornar mais eficaz a contratação de professores por parte das escolas, o que é uma medida importante, porque ajudará a que a contratação de professores seja mais rápida e permitirá, acreditamos nós, a consolidação dos projetos educativos das escolas, designadamente dando mais estabilidade ao seu corpo docente.

Foi também anunciada uma portaria que atribuirá às escolas com contrato de autonomia e às escolas particulares mais poder na decisão dos currículos, na criação de novas disciplinas e na gestão flexível da carga e da distribuição horárias.

Por fim, soubemos, também na semana passada, que o Governo está a pedir a opinião aos diretores e ao Conselho de Escolas para que, independentemente de terem ou não contrato de autonomia, as escolas possam ter hoje mais competências delegadas da Direcção-Geral de Estabelecimentos Escolares — que substituiu as direcções regionais de educação.

Estas medidas — ou outras — devem merecer um debate nesta Casa e um debate na comunidade escolar sobre como poderemos contribuir — o Governo e o Parlamento — para enfrentar o desafio da autonomia e da liberdade de escolha no sistema educativo. Não ignoramos as dificuldades, como por exemplo o fator financeiro, as expectativas de um corpo docente que já existe, etc., mas acreditamos que a implementação gradual de mais graus de autonomia e de liberdade terá tanto mais sucesso quanto mais envolver as várias forças políticas e a comunidade educativa.

O CDS sabe que há quem tenha reservas ideológicas sobre, por exemplo, a liberdade de escolha das famílias no sistema público de educação, sistema que inclui escolas privadas e escolas do Estado. Respeitamos essas reservas, mas, como partido que acredita no Homem como princípio e fim da ação política, o CDS defende essa liberdade como fundamental para o pleno desenvolvimento dos projetos familiares de cada uma das famílias portuguesas.

Mas acreditamos que, para além disso, o desafio da autonomia e da existência de mais autonomia nas escolas é suprapartidário e ultrapassa fronteiras ideológicas. Por isso, acompanhamos as medidas anunciadas pelo Governo e participaremos, com expectativa, nos debates que se seguirão.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do PSD Carlos Abreu Amorim.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Michael Seufert, os Srs. Deputados Maria José Castelo Branco, do PSD, Agostinho Santa, do PS, Luís Fazenda, do Bloco de Esquerda, e Rita Rato, do PCP.

Entretanto, o Sr. Deputado Michael Seufert informou que responderá a conjuntos de dois.

Tem a palavra, em primeiro lugar, a Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco.

A Sr.^a **Maria José Castelo Branco** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado, todos quantos trabalham em educação sempre tiveram a convicção de que o combate ao abandono escolar e o sucesso escolar devem ser objetivos máximos do sistema educativo.

A motivação dos alunos é primordial nestes processos e, para tal, a abordagem de temas de cariz o mais próximo possível das suas realidades é essencial para todos os efeitos. Os docentes sempre sentiram esta premência. Este Ministério da Educação tem vindo a reforçar diferentes facetas da autonomia das escolas: a oferta da escola no ensino básico, as atividades de enriquecimento curricular e de apoio ao estudo, o reforço da autonomia dos próprios processos de gestão administrativa e as próprias metas curriculares clarificam, tal como o nome indica, as metas a atingir, sem prescrever estratégias e metodologias pedagógicas, sendo deixada a liberdade aos professores de fazer as suas próprias opções.

A autonomia das escolas está progressivamente em transformar o projeto educativo no documento em que assentará todo o trabalho dos diferentes atores educativos, em que todos serão chamados a colaborar na sua construção e na sua implementação, sejam alunos, docentes, diretores, autarquias, encarregados de educação, etc.

O projeto educativo deixa de ser encarado com o objetivo de ensinar os alunos da escolaridade obrigatória para passar a ser encarado como um projeto de educação e formação de toda uma comunidade, de âmbito mais ou menos local, para todos, já que a educação é agora encarada para toda a vida.

Mas mais autonomia implica mais responsabilidade. Daí a premência de corresponsabilizar todos os atores educativos na construção dos projetos educativos e também na sua concretização.

Neste âmbito, de que forma a contratação de escola contribuirá para a autonomia? E de que forma as matrizes curriculares nacionais serão asseguradas?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Santa.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Michael Seufert, numa altura em que toda a sociedade se apercebeu de que o Ministro Nuno Crato foi sendo isolado em todas as opções que tomou, é estranho, neste momento, trazer à colação a política educativa num sentido tão positivo quanto o senhor a apresentou.

O Sr. Deputado traz este assunto à discussão, primeiro porque terá havido uma alteração em termos de autonomia das escolas, um reforço dessa autonomia. Esquece-se, no entanto, que o caminho até agora percorrido — e quem está ligado a estes assuntos, sabe que isto é verdade — foi o caminho da centralização, foi o caminho da rejeição da autonomia das escolas verdadeiramente assente em projetos educativos.

Não se pode esquecer, por exemplo, que as competências das ex-direções regionais de educação passaram não para as escolas, como as próprias escolas reivindicam, mas diretamente, quase todas elas, para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. Ora, esse é o caminho da centralização e não o caminho da autonomia.

Depois, referiu também que esta autonomia permitia que se respondesse a desafios, que seriam os de levar a escola a todos aqueles que dela necessitam, em condições de igualdade.

Ora, o que verificamos é exatamente o contrário: as condições de igualdade são postas em causa. Isto tem acontecido, designadamente em termos de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais ou mesmo com dificuldades de aprendizagem. Essa tem sido a política mais visível e não a política da inclusão.

Há menos professores colocados para apoio aos alunos, há menos psicólogos, há menos pessoas dedicadas à orientação de alunos e mesmo à deteção precoce de problemas.

São estas as situações que, neste momento, têm existido e que nos revelam a verdadeira política deste Governo, pelas opções tomadas pelo Sr. Ministro da Educação.

E falar de flexibilidade é falar de uma forma consistente de flexibilidade — e ainda não é desta feita que isso acontece. O Partido Socialista aposta na flexibilidade ligada à elaboração e execução de um plano educativo, de um projeto educativo de escola consistente, que possa criar mecanismos de inclusão, que possa assentar na qualidade da escola pública e que possa fugir a essa forma sub-reptícia de nos trazer uma liberdade de escolha em que as pessoas não têm condições para aceder livremente a essa escolha.

Assim sendo, falar, neste momento, destas situações não lhe parece que é falar à revelia daquilo que tem acontecido, dadas todas estas circunstâncias e todas estas opções que foram tomadas, em termos da política educativa?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados Maria José Castelo Branco e Agostinho Santa, muito obrigado pelas vossas questões.

Sr. Deputado Agostinho Santa, falei daquilo que me parece uma notícia importante destas últimas semanas e que tem a ver com o anúncio de algumas medidas por parte do Governo, no sentido de reforçar a autonomia das escolas.

Mas o Sr. Deputado disse, e muito bem, que tem havido, nos últimos anos, uma regressão na autonomia. Em rigor, Sr. Deputado, isso é verdade, pelo que conheço dos números do estudo da OCDE sobre a educação em Portugal, intitulado «*Education at a Glance: OECD Indicators 2012*», e aconteceu de uma forma muito acentuada entre 2007 e 2011, em que Portugal cai abruptamente vários pontos percentuais naquilo que a OCDE mede como as decisões que são tomadas ao nível da escola.

Portanto, quando, em 2011, o Governo toma posse e, desde aí, aumenta nove vezes os contratos de autonomia, depois de, aliás, ter reformado um pouco o regime da autonomia, acho que isso é um ponto positivo. Naturalmente, também referi que ainda há muito por recuperar e ainda há muito por fazer.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — E o Sr. Deputado tocou numa questão que me parece muito importante: o Governo tinha um compromisso, que era o de extinguir as direções regionais de educação, e executou-o.

O que observámos naturalmente foi que, de algumas escolas, veio a informação de que o caminho para a decisão se tornou mais longo, ou seja, em vez de se ter de ir à direção regional, tem de se ir à direção-geral que está em Lisboa.

Sr. Deputado, como é evidente, quando isso acontece, ao Governo cabe-lhe fazer o quê? Cabe-lhe governar. Ora, aquilo que o Governo anunciou também esta semana foi no sentido de, já no próximo ano letivo — e pediu um parecer ao Conselho das Escolas para que isso possa acontecer de forma rápida —, poder haver delegação de competências, direta e permanente, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para o nível das escolas e, portanto, de os diretores das escolas que estão no Conselho das Escolas poderem informar o Ministério e dizer: «Nós achamos que podemos resolver melhor ao nível da escola este tipo de competências que está na DGEstE».

Como sabe, Sr. Deputado, isto são questões administrativas. Enfim, o Parlamento pode fazer aqui recomendações, mas não é uma matéria que possamos legislar diretamente. Portanto, o Governo fazer isso é, para nós, um ponto positivo.

Mas também lhe digo, com toda a franqueza e todo o à-vontade com que falei sobre estas questões e sobre aquilo que achamos que tem de se acentuar e aquilo que já está bem feito, que nós cá estaremos para avaliar se essa delegação de competências é eficaz ou não e corresponde à vontade das escolas.

É que, como o Sr. Deputado disse, e muito bem, é importante que as escolas possam ter um projeto educativo consistente. Ora, é exatamente nisso que acreditamos. E é por isso que achamos que o nível decisório — e a Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco disse-o, e muito bem — deve estar o mais próximo possível das realidades.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — É que quem está na comunidade educativa e quem deve definir as indicações desse projeto educativo são os professores, os pais e, na medida da sua intervenção, também os próprios alunos, de modo a poderem, em conjunto, na comunidade educativa, fazer parte e construir esse projeto educativo, que necessariamente, como o Sr. Deputado também sabe (e tenho a certeza que sabe, até porque foi eleito por um círculo eleitoral do interior), é muito diferente de Vila Real para o Porto, uma vez que são realidades diferentes, são cidades diferentes, o mesmo acontecendo, dentro do distrito do Porto, entre o Porto e Amarante.

A Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco perguntou-me o que é que se pode fazer ao nível da contratação de escola e ao nível da questão curricular. Ao nível da contratação de escola, penso que devemos, antes de mais, aguardar que o Governo abra o processo de negociação com os sindicatos, até porque é uma matéria que naturalmente preocupa os sindicatos. Pessoalmente, devo dizer que veria com bons olhos que se pudesse dar algum avanço na contratação de escola, no que diz respeito aos professores que não são colocados pela lista ordenada e pelo concurso nacional, todos os anos. Sabemos que, nas escolas, entre 10% a 20% dos professores, em média, não são colocados por esta via, pelo que aqui as escolas poderiam ter mais autonomia.

É que nós também sabemos (e a Sr.^a Deputada, sendo do distrito do Porto, sabe-o bem), que, por exemplo, há escolas que têm contrato de autonomia e se queixam que todos os anos têm de recorrer a uma bolsa de professores que não estão harmonizados com o projeto da escola. A Escola da Ponte, em Santo Tirso, é disso um excelente exemplo. Todos os anos, essa escola escreve aos Deputados e explica que tem um projeto educativo diferente e que precisa de professores que adiram àquele projeto educativo. Respeito imenso esse projeto educativo — aliás, já visitámos essa escola mais do que uma vez —, pois trata-se de um projeto educativo verdadeiramente diferente.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Estou mesmo a terminar, Sr.^a Presidente.

Efetivamente, tem de haver uma ligação entre o professor e aquele projeto educativo, caso contrário este último não funciona. Por isso, aquela escola reclama essa autonomia. Ora, acho que lhe devemos dar, mas também acho que devemos aguardar o que o Ministério e os sindicatos fazem.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Quanto às matrizes curriculares, Sr.^a Deputada, responder-lhe-ei a seguir, pois agora já não disponho de tempo, mas creio que, nesta matéria, também se irão registar alguns avanços importantes.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Há ainda dois oradores inscritos para pedir esclarecimentos. Começo por dar a palavra, para o efeito, ao Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Michael Seufert, ao ouvi-lo falar sobre educação, julguei — mal — que viria trazer aqui a situação das universidades, em que há uma rutura completa de relações entre o Governo e os reitores, ou a contestação generalizada e universal dos politécnicos e dos seus presidentes, ou a contestação da comunidade científica em relação à Fundação para a Ciência e a

Tecnologia, em relação àquilo que têm sido os ataques aos investigadores científicos, ou este último episódio, da tentativa, por parte da Sr.^a Secretária de Estado da Ciência, de censurar um comunicado de um conselho consultivo em ciência. Enfim, julguei que nos viesse falar dos diretores de escolas, da contestação de associações científicas às alterações curriculares. É que «tudo vai mal no reino da educação» e há claramente uma contestação política generalizada.

No entanto, da sua intervenção não sobrou nada disso, para que esta Câmara pudesse debater e ver algumas vias de saída. E, em vez disso, o Sr. Deputado veio falar-nos de uma intenção do Ministro da Educação de aumentar a capacidade de autonomia das escolas.

Mas vejamos como é que essas intenções se concretizam. Disse o Sr. Ministro na televisão que uma escola que tem a disciplina de Geografia pode, eventualmente, ter uma outra disciplina, chamada «Mapeamento de Geografia», isto é, uma disciplina que daria aos alunos a capacidade técnica para elaborar mapas. Isto é tanto quanto sabemos acerca dessa capacidade de divisão disciplinar da alteração curricular, não sabemos rigorosamente mais nada.

E não sabemos rigorosamente mais nada sobre o que significa a contratação de escola neste contexto, pois o que existe hoje é uma enorme contestação. É que ao menos a lista ordenada tem critérios objetivos, mas os critérios são diferenciados de escola para escola e têm produzido uma enorme arbitrariedade, uma enorme discricionariedade nas contratações de escola.

Será que o Sr. Ministro da Educação nos vai trazer, finalmente, um critério objetivo geral, que permita que, nas contratações de escola, haja pelo menos uma certa parecença — e já não digo uniformidade — nos critérios de contratação de escola?

E o investimento nessa autonomia das escolas significa o aumento da capacidade financeira das escolas? Não me parece, porque os diretores dessas escolas queixam-se amargamente do contrário, isto é, da redução constante do «envelope financeiro».

Portanto, isso é tudo um pouco «no ar». É como o cheque-ensino, que o Sr. Deputado veio aqui glorificar. No entanto, o cheque-ensino lá está, no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, mas ainda não há orçamento para ele, pelo menos significativo.

O Sr. Deputado Michael Seufert fez aqui várias considerações, do género «finalmente ultrapassámos aquela via unificada, há várias vias no ensino, eu sei que há reservas ideológicas...». Sr. Deputado, vou fazer-lhe uma pergunta muito concreta, que é a mesma que fazem todos os pais e mães dos alunos que estão no ensino profissional: como é possível obrigar alunos que frequentam o ensino profissional a fazer exames do 12.º ano sobre disciplinas que não lhes são lecionadas na escola, para poderem aceder ao ensino superior? Como é possível?! Afinal, não há igualdade de oportunidades. Todos aqueles que são — e cada vez mais precocemente — encaminhados para o ensino profissional não têm a oportunidade, não têm a condição de sucesso de poder frequentar o ensino superior, porque a escola pública, hoje, não lhes garante essa possibilidade.

Era sobre isso que gostaria de ouvi-lo, sobre como garantir àqueles que estão a seguir uma via profissionalizante a possibilidade de acederem ao ensino superior.

Hoje, isso não é possível. Por isso, o Bloco de Esquerda vai apresentar uma iniciativa que possa garantir isso, do ponto de vista curricular, na estruturação das vias profissionalizantes. Esperemos que o CDS possa apoiá-lo nessas circunstâncias. É que não têm legitimidade para falar em várias vias de ensino, se elas não conduzem a uma igualdade de oportunidades. A falta de igualdade de oportunidades é a escola do passado, é a «escola da naftalina». E, infelizmente, é essa que se vem impondo e vingando.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa tem sido generosa nos tempos por distração.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Rato.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Michael Seufert, hoje, o senhor substituiu dois «verbos de encher», que é o mérito e a excelência, por autonomia e liberdade de escolha. E veio dizer que este Governo está apostado em dismantelar a escola pública e favorecer a escola privada. «Trocado por miúdos» foi mais ou menos disto que tratou a declaração política do CDS.

É que o PCP sabe bem que o ataque à escola pública de qualidade para todos não começou agora, começou com Governos anteriores, designadamente com a anterior Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, que tomaram medidas com impactos gravíssimos no despedimento de milhares de professores, na constituição de mega-agrupamentos e no aumento do número de alunos por turma. Portanto, é verdade que o ataque à escola pública de Abril não começou com este Governo, mas também é verdade, Sr. Deputado, que a redução drástica do financiamento à escola pública e o favorecimento à escola privada foi profundamente acentuada desde 2011. Na verdade, entre 2011 e 2014 o Governo PSD/CDS reduziu em 1330 milhões o financiamento à escola pública.

Importa dizer, Sr. Deputado, que a liberdade de escolha não se faz só através do cheque-ensino, tal como a privatização e a mercantilização da educação e da escola pública não se faz só através do cheque-ensino. O Sr. Deputado sabe bem que, ao não autorizar a abertura de turmas na escola pública, mas autorizando a abertura de turmas na escola privada, o Governo está a privatizar a educação!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Está a gerar desemprego na escola pública e a favorecer a escola privada.

Veja bem, Sr. Deputado, que na semana passada rejeitou aqui uma proposta do PCP para a vinculação extraordinária dos professores do ensino artístico, mas o seu Ministro fez agora um despacho a dizer que na escola privada aquele ensino pode abrir, tendo emitido uma autorização para tal!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Portanto, do que se trata aqui é de uma opção política relativamente ao que deve ser beneficiado e ao que deve ser destruído.

Ora, este Governo tem objetivamente uma política educativa de desmantelamento da escola pública, com o desmantelamento das suas condições materiais e humanas e, acima de tudo, com o desmantelamento do seu papel. A escola pública consagrada na Constituição não é um pacote mínimo de serviços! A escola pública consagrada na Constituição é um pilar da democracia e é com isso que este Governo quer acabar. Quer acabar com o papel fundamental da escola pública para todos, independentemente das condições económicas e sociais dos alunos. Quer que os alunos sejam encaminhados para vias de primeira e para vias de segunda, em função do rendimento da sua família.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Quer, também por esta via, fazer um ajuste de contas com o 25 de Abril.

É por isso que pode «encher a boca» cada vez que quiser com a questão da autonomia. O que as escolas nos dizem é que registam a falta de professores e que transmitem essa falta de professores ao Ministério, mas não recebem autorização financeira para os contratar. Ou seja, reconhecem que há falta de funcionários, que há falta de psicólogos, que há hoje milhares de alunos na educação especial sem os apoios de que precisam e que são referenciados ao Ministério da Educação, mas — veja-se bem —, mesmo com os contratos de autonomia, o Ministério da Educação não autoriza a contratação dos meios materiais e humanos adequados.

Por isso é que sabemos bem, Sr. Deputado, que por detrás desse discurso da autonomia e da liberdade de escolha só está um objetivo, que é o do desmantelar da escola pública enquanto instrumento de emancipação individual e coletiva de um País, um pilar essencial para a defesa do regime democrático!

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados Luís Fazenda e Rita Rato, muito obrigado pelas vossas questões.

O Sr. Deputado Luís Fazenda gostava de me ter ouvido sobre outras coisas. Naturalmente, também eu gostava de o ter ouvido falar sobre o que eu disse. Mas o Bloco ainda tem uma declaração política para fazer mais à frente, pelo que imagino que falará dessas coisas todas que pediu que o CDS viesse dizer e marcará a agenda da maneira que bem entender.

Já agora, Sr. Deputado, apesar de ter registado tudo aquilo que eu não disse, podia ter registado algumas coisas que eu disse e podia ter tentado orientar a sua questão para aquilo de que falei.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Não se passa nada na educação?!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Por exemplo, o Sr. Deputado veio falar da glorificação deste Governo em relação ao cheque-ensino. Ora, Sr. Deputado, se o Governo avançasse com uma iniciativa dessas, eu seria naturalmente o primeiro nesta Câmara a fazer uma intervenção a apoiar o Governo porque, como sabe, esta bancada tem uma história até mais antiga do que eu relativamente a esta matéria. Mas, infelizmente, nesse sentido, por várias razões, não está prevista qualquer iniciativa da parte do Governo.

No entanto, aquilo de que o Sr. Deputado falou, e que, creio, é importante, relativamente à contratação de escola, diz respeito à importância de fixar o mais possível objetivos. Como eu disse há pouco, na resposta à Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco, vou aguardar o que o Governo vai apresentar aos sindicatos e o que sairá dessa negociação.

Contudo, julgo que devemos reconhecer que há escolas que têm projetos educativos em que deve haver uma adesão objetiva de um putativo professor em relação a esse projeto para que possa haver um mínimo de ligação entre o professor e a escola. É isso que nos é dito por algumas escolas que têm contrato de autonomia, nomeadamente algumas bem mediáticas que aqui referi, como a escola da Ponte, que conheço de forma particular porque fica no meu distrito.

No que se refere à capacidade financeira que a Sr.^a Deputada Rita Rato também defendeu, naturalmente que, no período particularmente difícil da situação financeira que atravessamos, há coisas que o Governo não pode fazer e que provavelmente gostaria de fazer. Gosto muito da imagem da Deputada Rita Rato, que imagina que o Governo está todos os dias a magicar novas formas de destruir a escola pública e o regime democrático e que vai para casa pensar de forma maliciosa sobre como é que vai destruir cada vez mais a escola pública.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

Sr.^a Deputada, registo essa forma maniqueísta de ver a política em que de um lado estão os bons e os puros, no PCP, e do outro lado os malvados da maioria, os capitalistas, os que não querem Abril e a escola de Abril.

Protestos do PCP.

Mas sabe uma coisa, Sr.^a Deputada? As pessoas que a ouvem, não sei se todas mas, pelo menos, eu ouço-a e fico a pensar como é que era a escola que a Sr.^a Deputada idealizava.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Continua na mesma!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Naqueles países que tiveram o azar de ver os tanques soviéticos invadi-los e impor um regime comunista, sabe o que é que acontecia nas escolas? Quem ousava dizer mal do Partido Comunista numa escola do bloco soviético era preso, Sr.^a Deputada, a começar pelos professores!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sabe quem era o Casal Ribeiro? Parece ele a falar!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Que raio de autonomia é esta? Que raio de liberdade é esta?!

Protestos do PCP.

Sei que a Sr.^a Deputada é muito saudosista do tempo em que o Partido Comunista estava no Governo em Portugal. Mas chegou o tempo de os portugueses decidirem e os portugueses nunca mais deram essa oportunidade ao Partido Comunista em Portugal, Sr.^a Deputada. Aliás, em rigor, não deram essa oportunidade em lado nenhum do mundo porque, em todo o lado, ele impôs-se pela violência.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Que ignorância tola!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — A Sr.^a Deputada disse uma coisa que acho que é significativa. Que o mérito e a excelência são «verbos de encher». Pois claro, Sr.^a Deputada, se o PCP pensa assim, está tudo explicado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Deputado deve estar orgulhoso da figura que está a fazer!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Para nós, a escola pública, operada por particulares ou pelo Estado, deve ser uma escola que beneficie o mérito e que promova a excelência!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Concluída a declaração política do CDS-PP, a próxima declaração política é do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Realizaram-se esta semana as Jornadas Parlamentares do PCP, na Península de Setúbal. Durante dois dias, por toda a região, foram muitos os contactos, visitas, encontros no terreno, com empresas e locais de trabalho, organizações dos trabalhadores, pescadores, agricultores, agentes culturais, movimento juvenil e imigrante, serviços públicos, instituições do ensino superior, autarquias locais.

Acompanhámos a candidatura da Arrábida a Património Mundial. Contactámos com uma região que trabalha e luta por uma vida melhor, onde um projeto e uma estratégia integrada de desenvolvimento e a luta organizada dos trabalhadores e do povo enfrentam a ofensiva de uma política de desastre nacional imposta por este Governo PSD/CDS-PP.

Nestas Jornadas Parlamentares, confirmámos a realidade das múltiplas situações de rutura nos serviços públicos e da preocupação com novas medidas entretanto anunciadas pelo Governo. Na saúde, na educação e ensino, na ciência, na cultura ou na justiça confirma-se em cada dia que esta política e este Governo não servem os interesses do País e que, sem romper com as opções e os interesses que servem, não é possível um futuro diferente.

Nestas Jornadas, contactámos com os agricultores, os viticultores, o movimento cooperativo da região. Ao contrário do que todos os dias é propagandeado pelo Governo, a pequena e média agricultura, aquela que ainda fixa população, a que produz 80% dos postos de trabalho do sector, enfrenta cada vez maiores dificuldades, com o custo dos fatores de produção, o preço de venda no produtor e o desprezo ou, mesmo, o ataque que sofrem pelas medidas do Governo.

Abordámos as consequências do mau tempo que tem fustigado a faixa litoral — e, nesta região, com particular incidência sobre a Costa de Caparica, cujas praias têm sido literalmente destruídas pela intempérie, com areais levados pela força do mar, apoios de praia e equipamentos turísticos profundamente danificados e uma angustiante incerteza quanto ao futuro em toda esta área. É indispensável agir, desde já, na recuperação das infraestruturas danificadas pela intempérie e para garantir condições estáveis, seguras e sustentáveis para a recuperação ambiental das zonas afetadas e das atividades que aí se desenvolvem.

Nestas Jornadas, contactámos com os pescadores e pequenos armadores, com o rendimento da sua atividade asfixiado pelo preço dos fatores de produção, como os combustíveis, e pelos baixos preços na primeira venda. E agora que o mau tempo os impede de ir ao mar, o único recurso que é o Fundo de

Compensação Salarial torna-se afinal inacessível e inútil, pelas restrições e burocracias que comporta, evidenciando a necessidade de alterar o regime desse Fundo. Será essa a nossa proposta, agilizando e adequando o seu acesso e tornando-o uma resposta de compensação efetiva aos pescadores.

O Governo fala de regresso ao mar, fala de recuperação e de reindustrialização. Entretanto, afunda os Estaleiros de Viana do Castelo e vai minando o Arsenal do Alfeite, lesando a Marinha e o País. Veja-se a recente adjudicação, por ajuste direto, a uma empresa alemã da reparação do submarino *Tridente*, que o Arsenal tinha perfeitas condições de fazer. Uma «pequena reparação» pela módica quantia de 5 milhões de euros, que os portugueses são condenados a pagar por despacho do Ministro!

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Tal como assinalámos nas Jornadas Parlamentares, Portugal está hoje pior do que em 2011, quando foi assinado entre as troicas o pacto de agressão. Apesar desse agravamento da situação nacional, temos um Governo que insiste na mesma política de destruição económica, de terrorismo social e abdicação da soberania nacional com que tem destruído as vidas de milhares de portugueses nos últimos anos e comprometido o futuro do País.

Um Governo transformado em comissão eleitoral, preocupado em vender ilusões pré-eleitorais, recusando qualquer responsabilidade na situação do País e procurando esconder os problemas nacionais com doses massivas de propaganda.

O Governo responde aos problemas do País com propaganda, mesmo sabendo que ela não compensa a economia destruída nos últimos três anos, mesmo sabendo que a manipulação das estatísticas não trava as falências, as insolvências, o desemprego ou a emigração.

Em alguns casos, o Governo chega a tentar vender a cura depois de trazer a doença, tal como assinalámos nas Jornadas Parlamentares. Depois do saque fiscal que nos últimos anos esmagou os rendimentos do trabalho, o anúncio de uma descida de impostos lá para as vésperas das eleições em 2015 é reveladora e sintomática da forma de estar na política deste Governo e desta maioria.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados: O País e o povo não podem estar, e não estão, condenados a estas políticas!

Na sessão pública que realizámos no quadro destas Jornadas Parlamentares, sob o lema *Direitos, desenvolvimento e soberania — a alternativa à política de direita*, tivemos oportunidade de afirmar, uma vez mais, um conjunto de linhas orientadoras dessa política alternativa de que o País necessita e que se torna a cada dia mais urgente construir.

Nessa sessão e nestas Jornadas, se demonstrou e confirmou que essa alternativa é urgente, indispensável e é possível! Ela passa, desde logo, pela necessidade incontornável de renegociar a dívida pública, rejeitando a sua componente ilegítima, reduzindo os montantes em dívida, alargando significativamente os prazos de pagamento e diminuindo os juros, em particular da parte correspondente ao empréstimo da troica.

Se para os partidos da troica interna os compromissos para com os banqueiros, especuladores e agiotas são sagrados, para o PCP é o interesse nacional que prevalece e esse interesse nacional exige a imediata renegociação da dívida. Por isso, apresentaremos uma proposta nesse sentido, limitando os juros a pagar anualmente a um valor máximo, indexado às exportações, que seja compatível com as necessidades de crescimento económico, de criação de emprego e de reforço da capacidade produtiva nacional.

Traremos, então, à Assembleia da República, numa interpelação ao Governo já dia 13 de março, esse confronto entre a política de direita com que o Governo afunda o País e a verdadeira alternativa, a política patriótica e de esquerda de que País precisa.

A gravidade da situação económica e social exige um Governo e uma política capazes de resolver os graves problemas nacionais, de devolver direitos, salários e pensões roubados e de apontar aos portugueses uma perspetiva de melhoria das suas condições de vida, de progresso e desenvolvimento do País, de justiça social e de defesa da soberania nacional.

É por esse caminho que continuaremos a intervir e a lutar.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Bruno Dias, os Srs. Deputados Nuno Magalhães, Carlos Abreu Amorim e Mariana Aiveca.

O Sr. Deputado informou a Mesa que responde individualmente a cada Sr. Deputado, pelo que tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, queria começar por, democraticamente, felicitar o PCP pelas jornadas parlamentares que realizou num distrito que conheço bem e pelo qual tenho também a honra e o privilégio de ser Deputado eleito e por dizer que, embora, como imagina, discorde, respeito a interpelação que o Sr. Deputado anunciou e que, de resto, já foi agendada em Conferência de Líderes.

Por isso, Sr. Deputado, embora este seja o espaço de debate e de confronto de ideias, se necessário for — obviamente, confronto urbano, como deve imaginar —, temos visões diferentes do mundo e soluções diferentes. Não acreditamos (e creio que a esmagadora maioria dos portugueses também não acredita) que seja viável a um devedor, a alguém que ainda necessita de tranches para pagar funções essenciais como pensões ou salários e pede dinheiro emprestado, impor unilateralmente, por sua única e exclusiva vontade, aos credores menos juros e pagar só metade, um terço, 30%, 40%, 50%, aquela parte que, unilateralmente, como devedores, consideramos ser a parte legítima, pois a parte restante consideramos ilegítima! São visões diferentes. Não julgo o patriotismo de ninguém, não julgo o seu, Sr. Deputado, mas também não posso admitir que julguem o nosso.

Portanto, com igual patriotismo, com certeza, temos soluções diferentes, em muitos casos opostas, em relação à situação atual do País.

O Sr. Deputado disse, no início da sua intervenção, que percorreram o distrito de Setúbal. Vou fazer-lhe algumas perguntas relativas precisamente ao «nosso» distrito, se me permite dizer deste modo, já que também é eleito pelo distrito de Setúbal.

Gostaria de partilhar da preocupação que manifestou em relação à situação da Costa de Caparica. Porém, pergunto ao Sr. Deputado o que acha que a Câmara Municipal de Almada, que detém cerca de 40% do programa Polis e que fez intervenção naquela área, pode e deve fazer nesta matéria e, sobretudo, pergunto o que já fez.

Já agora, pergunto também se, nessa volta, nesse *tour* que o Partido Comunista Português fez a Setúbal, o Sr. Deputado passou por Alcochete e pôde dar-se conta da difícil situação em que a Câmara Municipal se encontra, a saber: atrasos a fornecedores e, inclusivamente, cobram taxas para tratamento de esgotos aos alcochetanos e, ao mesmo tempo, não pagam, retêm essas verbas às entidades estatais, nomeadamente à Simarsul.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente António Filipe.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Vou já concluir.

E o que dizer das pequenas e médias empresas do Seixal, que, quando são fornecedores à Câmara Municipal do Seixal, esperam 632 longos dias para receber as prestações?

Já agora, pergunto ainda se foi a Setúbal e se teve oportunidade de visitar a empresa Águas do Sado e perceber que concessionar a exploração dessas mesmas águas não é, como muitas vezes é dito por colegas seus de bancada, privatizar as águas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É, é!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Embora tivesse mais questões a colocar como a de saber se teve oportunidade de visitar a infraestrutura recém-inaugurada pela Sr.^a Ministra da Agricultura e das Pescas, em Sesimbra, creio que são estas as questões relevantes que tenho para colocar.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem mesmo de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, as perguntas são muitas, mas, como o Sr. Presidente diz e muito bem, estou a abusar da sua benevolência e, por isso, termino.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Magalhães, agradecendo a questão que coloca, começo por dizer que está muito bem à vista que os senhores tem visões e opções diferentes das nossas. E, depois, sobre o patriotismo de cada um, cada um dirá o que quer.

É clara a política de favorecimento de interesses e a opção que cada um faz quando, por exemplo, o Governo que os senhores apoiam avança para benefícios fiscais concedidos a SGPS no valor de 1045 milhões de euros e depois tenta ocultar esses benefícios fiscais na conta do Estado de 2012.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente! Bem lembrado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Enquanto nós defendemos que se devolva aos trabalhadores e aos reformados o rendimento do trabalho e das pensões de reforma que estão a ser retirados (digo «retirados» para o Sr. Deputado não «arrancar cabelos») aos trabalhadores e aos reformados, os senhores optam por favorecer as SGPS com este bodo aos ricos de 1045 milhões de euros e, depois, escondem a mão por aquilo que fazem.

O Sr. Deputado fala da privatização e o que nós dizemos é que se trata da privatização da gestão da água, sim senhor. Aliás, a população de Setúbal tem a experiência concreta de uma opção desastrosa de gestão PS na autarquia, a população de Setúbal sabe perfeitamente o que significa essa política de privatizar a gestão, de concessionar, de entregar aos privados e ao lucro — o sacrossanto lucro! — a gestão de um serviço público fundamental e de um direito fundamental.

Sr. Deputado, em relação à Costa de Caparica, o assunto é demasiado grave para fazer humor negro, mas diria que os senhores só não enfiam a cabeça na areia porque não há areia. O que o Sr. Deputado encontra ao visitar a Costa de Caparica, como visitámos há várias semanas, tem responsáveis. E digo que tem responsáveis por ter sido interrompida e cancelada — e temos vindo a alertar ao longo dos anos para a situação que estava a acontecer — a operação de alimentação artificial de areia daquelas praias, operação essa que estava prevista no Polis e que não avançou por opção do Governo.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — E a intervenção da Câmara?!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Deputado não está certamente à espera que a Câmara Municipal, ou qualquer outra autarquia, vá pegar em dragas e em cargueiros e vá encher as praias de areia!?

Portanto, o poder central tem de assumir a responsabilidade nesta matéria concreta, ainda agora está para confrontar a maioria e o Governo e os senhores, seguramente, daqui por uns dias, terão uma palavra a dizer quando trouxermos a esta Assembleia a situação dramática que está a ser vivida pelas populações, pelos comerciantes, pelos agentes responsáveis pelos apoios de praia e pelos equipamentos turísticos daquela zona que não sabem o que vai acontecer este ano. E muito tem feito a Câmara! Sr. Deputado, tinha-lhe feito muito bem estar presente, como nós estivemos, no encontro que a autarquia realizou com a população, com os agentes locais de desenvolvimento em que esta matéria foi amplamente discutida.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — No Comité Central?!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, Sr. Deputado, também nesta matéria está à vista que as opções e as visões que cada um de nós tem são muito diferentes porque é profundamente diferente o interesse que está subjacente à vossa opção ideológica e a nossa opção ideológica.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, queria congratular, na pessoa do Sr. Deputado Bruno Dias, o Partido Comunista Português pela realização das suas Jornadas Parlamentares.

O Sr. Deputado Bruno Dias fez, neste Parlamento, aquilo que de algum modo já tinha sido objeto de grande número de declarações por parte de dirigentes e Deputados do Partido Comunista acerca da sua visão do País e da execução do Programa de Assistência Financeira a que Portugal está sujeito desde maio de 2011.

Como foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Magalhães na intervenção que me antecedeu, a visão do Partido Comunista é completamente diferente quer neste ponto quer em praticamente todos os outros. O Partido Comunista Português mantém, aliás, uma coerência quase, poderei dizê-lo, granítica, no sentido de ser imobilista e estática acerca daquilo que devem constituir as obrigações e o futuro de Portugal.

Nós, no Grupo Parlamentar do PSD, acreditamos que Portugal se deve reabilitar financeiramente, que se deve reestruturar e sair da tremenda crise em que se encontra, mantendo a sua lógica de liberdade, de respeito pela democracia, pela materialidade dos direitos fundamentais.

Acreditamos, ainda, na consagração do projeto europeu inserido no euro e, de acordo com os nossos parceiros, queremos fazer com que Portugal continue o caminho de saída da crise, que, ao contrário do que o Sr. Deputado diz (esta é a minha primeira observação concreta), está a resultar. Portugal não está pior do que em 2011. Os dados provam-no!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quais dados?!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Já agora, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe com toda a ponderação que não fica bem a qualquer Deputado da República estar constantemente a construir um discurso político que põe em dúvida os dados objetivos que nos são fornecidos pelas entidades nacionais e internacionais acerca da situação da economia portuguesa. Não é contrariando os dados, não é atacando o mensageiro que vamos procurar mudar a realidade.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É sair à rua e perguntar!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A realidade é que Portugal está melhor do que em 2011: na produção industrial; no indicador para a economia portuguesa, de acordo com o qual, há 18 meses consecutivos, Portugal está a subir; nas revisões em alta das projeções do Banco de Portugal — há pouco, recebemos os dados estatísticos do Banco de Portugal, que também o comprovam; no saldo externo positivo da balança, o que não acontecia há, pelo menos, duas décadas; na constituição de novas empresas; no aumento da poupança dos portugueses; e, sobretudo, Sr. Deputado, no aumento, absolutamente inquestionável, da credibilidade de Portugal perante os seus credores e perante a comunidade internacional.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Portugal é, hoje, um País que funciona.

Sr. Deputado Bruno Dias, não há rutura dos serviços públicos. O Estado funciona. Os serviços públicos funcionam, estão a funcionar, apesar das enormes dificuldades que Portugal e os portugueses estão a sentir. Os dados são estes.

Gostaria, se fosse possível, embora saiba que é um apelo quase idêntico àquele que poderia fazer à providência divina...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, eu é que faço um apelo para que conclua, por favor.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vou mesmo concluir, Sr. Presidente.

Como eu dizia, gostaria, se fosse possível, de fazer o seguinte apelo ao Partido Comunista Português: não tente negar a realidade. Essa nunca é uma boa lição que se extrai do combate político.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra o Ser. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, não faço a maldade de lhe recomendar uma ida aos Estaleiros de Viana, mas, pelo menos, que saia à rua, não lhe fazia mal nenhum. Saia à rua, fale com as pessoas, veja o que se está a passar no País e, por favor, não venha dizer outra vez que não há rutura nos serviços públicos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não há! Não há!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há de dizer-me qual é o serviço público que tem visto recentemente. É que enquanto o Sr. Deputado vem aqui dizer que não há rutura nos serviços públicos, nós dizemos, porque temos o testemunho concreto e vivo da realidade concreta que existe, que há hospitais que, em vez que usarem fraldas para os doentes, improvisam usando sacos do lixo e toalhas.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Enquanto o Sr. Deputado diz que não há rutura nos serviços públicos, há pessoas que passam a noite nas urgências do hospital e continuam lá na manhã seguinte.

Protestos do PSD.

No distrito de Setúbal, que o Sr. Deputado talvez não conheça mas devem conhecer alguns Deputados do seu partido menos «vocaís» neste momento, aquilo que verificamos é que os serviços públicos nem sequer existem!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Não é a realidade!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sabe qual é a rutura que existe no hospital do concelho do Seixal? Não há! Não há hospital!

Aquilo que temos defendido ao longo dos anos é que haja uma resposta, um incremento do investimento nos serviços públicos e não o encerramento que os senhores estão a promover, quer ao nível da saúde, quer ao nível da educação, quer ao nível da própria justiça, com o encerramento e a desgradação de tribunais também no distrito de Setúbal, matéria que oportunamente teremos ocasião de discutir.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — A justiça está melhor!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Diz o Sr. Deputado que Portugal está a reabilitar-se financeiramente. Pergunto se está a falar dos 9,4 mil milhões de euros de riqueza destruída resultante da gestão deste Governo nos últimos três anos, mas que consegue apresentar com orgulho. É que estamos a falar de uma recessão acumulada de 5,8%, Sr. Deputado. É disto que estamos a falar quando verificamos que, de acordo com os números objetivos, 2013 voltou a ser um ano de recessão e que tivemos 11 trimestres consecutivos em queda, gravíssima para a nossa economia.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Há que falar verdade!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, quando o Sr. Deputado diz que Portugal «bateu no fundo» e que «já passámos o pior», é sinal de que fala pouco com as pessoas ou, pelo menos — muito provavelmente, é o que está a acontecer —, que anda a escolher muito bem as pessoas com quem fala.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Na Península de Setúbal, falámos, e vamos continuar a falar, com os pescadores, com os agricultores, com os reformados,...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Também nós!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... com os jovens, nomeadamente com os jovens emigrantes, e aquilo que verificamos, dando voz na Assembleia da República a essa realidade concreta, é que, na vida real, no terreno, não só numa região, mas de norte a sul do País, há um povo e há trabalhadores que lutam, que defendem os seus direitos e que defendem o interesse nacional contra esta política de desastre que o Governo e maioria estão a tentar impor ao País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Dias, saúdo-o especialmente pela sua intervenção mas também pela realização das Jornadas Parlamentares do seu partido no distrito de Setúbal, distrito a que tenho a honra de pertencer.

Sr. Deputado, infelizmente, o distrito de Setúbal já foi, nos anos 80, o distrito das bandeiras negras da fome, o distrito com maior taxa de desemprego e de pobreza. Mas o distrito de Setúbal já foi, e continua a ser, um distrito forte em conhecimento, forte em *know-how*, forte em riqueza natural e patrimonial, um distrito onde os recursos naturais podem ser também utilizados para a criação de valor.

Porém, ao invés do aproveitamento daquilo que foi uma indústria naval, um arsenal do Alfeite, uma siderurgia nacional importante, ao invés de continuar a ser um distrito onde se apostava na indústria da criação de valor, tudo isso foi espatifado e largado ao abandono. Ao invés de se aproveitarem os recursos naturais tão importantes daquela região, o Governo também se desresponsabilizou totalmente por todas as questões relativas ao ambiente.

Veja-se a questão que o Sr. Deputado levantou em relação à Costa de Caparica. O responsável primeiro é o Governo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não haja dúvida!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Que não se venham assacar responsabilidades aos poderes locais, porque o Governo abandonou — à custa e com a justificação do acordo com a troica, que tudo manda e que tudo domina — todos os projetos de requalificação daquela zona e, por isso mesmo, o resultado está à vista.

Dizem-nos os Srs. Deputados da direita que Portugal está melhor. Nós dizemos que Portugal está pior e que o distrito de Setúbal está pior. Para isso, basta os Srs. Deputados fazerem uma ronda pelo distrito, irem aos serviços públicos, irem ao hospital do Barreiro, ao hospital de Almada, ao hospital de Setúbal, aos centros de saúde, irem ao tribunal — que querem cortar — da região do litoral alentejano, irem também às empresas...

Um Sr. Deputado, num aparte, perguntou: e a Lisnave?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Está melhor do que estava!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr. Deputado, a Gestnave tem tido, à porta, contentores de emigrantes, emigrantes esses que são explorados, que fazem trabalho escravo. É também esse um exemplo do distrito de Setúbal que os senhores não querem ver.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Que exagero!

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Por isso, Sr. Deputado Bruno Dias, pergunto se não acha que só mudando a direção destas políticas de empobrecimento é que podemos ter um distrito de Setúbal e um País mais digno das suas gentes, que merecem e que foram, naquele distrito, os construtores do progresso e de uma região ímpar em Portugal.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, agradeço as questões que colocou.

Como temos vindo a afirmar, o distrito de Setúbal tem um enorme potencial para o desenvolvimento e o progresso não apenas a nível regional, mas a nível nacional.

Como também temos vindo a afirmar, há todo um potencial que Setúbal e o seu distrito apresentam e reivindicam. Um potencial a nível do desenvolvimento nacional; da defesa e aposta no aparelho produtivo; do apoio à investigação e à ciência, como um dos principais polos nacionais; da indústria, mas também das pescas e mesmo da agricultura; da qualidade dos produtos regionais, mas também da estratégia integrada de desenvolvimento territorial que está consolidada e que deve ser aplicada, seguida e não contrariada e esmagada, como tem sido pelo poder central ao longo destes anos.

Aquilo que temos vindo a assistir por todo o País, mas de uma forma também visível no distrito de Setúbal, é ao encerramento de centros e extensões de saúde, de escolas, de estações de correios, de serviços públicos de transportes, de repartições de finanças,...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — De repartições de finanças?!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... para além da extinção de freguesias e o que isso significa para as populações deste distrito. Aquilo que tem vindo a acontecer é a antítese daquilo que o poder central deve prosseguir no apoio a uma estratégia de desenvolvimento.

Verificamos que o que está a passar-se na Costa de Caparica, o que está a passar-se nas comunidades piscatórias da Costa de Caparica, da Fonte da Telha, da Trafaria, de Sesimbra, de Sines é, neste momento, a asfixia dos setores produtivos e do aparelho produtivo nacional, quando a opção é o sacrossanto poder financeiro.

Quando se diz que não se pode negar nem um cêntimo aos agiotas e aos especuladores, que têm a dívida na mão e que, por essa via, querem ter o País na mão, o que dizemos é que esses agiotas e especuladores estão claramente a viver acima das nossas possibilidades.

Do que precisamos é, de uma vez por todas, de uma inversão de políticas que promovam o desenvolvimento regional integrado, o desenvolvimento nacional, o emprego com direitos, o direito dos trabalhadores e do povo, mas, acima de tudo, uma política patriótica e de esquerda que torne possível a concretização de todos estes objetivos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: O porta-aviões da recuperação a que se referia o Ministro Paulo Portas durou menos de um dia até se afundar como um barquinho de papel feito de folhas de jornal. Que tenha sido o FMI a afundar a propaganda que o Governo pretendia levar até às eleições é a ironia poética de toda esta história. O milagre económico anunciado pelo Governo, tal como o Carnaval, durou três dias e quem enterrou o entrudo foi o próprio FMI.

As exportações, como já foi dito e redito, não só nunca cresceram tão pouco, como o seu aumento se deve, em grande parte, aos combustíveis. Pior: o aumento das exportações não representou nenhum ganho na capacidade produtiva do País.

O que aconteceu foi que, com a diminuição do consumo em Portugal, as empresas direccionaram o que vendiam para o estrangeiro. Ainda bem que o fizeram, mas não vale a pena embandeirar em arco com a alteração do paradigma económico, porque essa, pura e simplesmente, não existe. Não há aumento de produção sem investimento e o investimento em Portugal é coisa que já ninguém vê há muito tempo.

O que é que mudou, então, no ciclo económico? Alguns pequenos indicadores, por certo! Mas foi, essencialmente, o discurso político de um Governo sedento de se celebrar a si próprio.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos bem lembrados relativamente ao que aconteceu no verão passado: Vítor Gaspar, com um défice real de 5,8%, bateu a porta e disse que não tinha razões para continuar. Agora, depois do maior aumento de impostos de sempre, o Governo consegue a proeza, pouco recomendável, de descer o défice em duas míseras décimas e com 5,6% fala em milagre e faz a festa aos santos padroeiros da propaganda, Paulo Portas e Pires de Lima.

O momento da viragem resulta, antes de mais, da necessidade de o Governo e de a troica apresentarem um caso de sucesso. Não há nada limpo no empobrecimento e na devastação social, Srs. Deputados.

A avaliação que conta é aquela que nos diz que País teremos em 2014. Foi exatamente esse debate que aqui tivemos ontem, quando falámos de fundos estruturais. O diagnóstico foi muito claro e até consensual: o problema do País está nas baixas qualificações e nos baixos salários. O problema do País é ser pobre, o problema do País é ser desigual.

Se este era o retrato, hoje temos um País ainda com menos emprego, ainda com salários mais baixos, com menos qualificação, com maior precariedade, com impostos mais altos e com menor solidariedade entre gerações. O que o Governo procura limpar, com o discurso da saída limpa, não é mais do que a sua própria imagem a caminho das próximas eleições.

O que aconteceu nos últimos três anos não teve nada a ver com a correção das debilidades estruturais da economia ou da sociedade portuguesa, nem uma dessas debilidades foi corrigida.

E olhemos para trás, Srs. Deputados. No rescaldo de uma crise financeira, que a direita apagou da história para poder culpar o despesismo de um povo que vivia com salários médios de 700 €, a troica pegou num País que já era estruturalmente pobre e disse: «O problema de Portugal é não ser pobre o suficiente». Mais, com a cumplicidade dos partidos da direita, disse: «Tudo aquilo que atenuou a pobreza extrema e construiu a democracia nas últimas décadas (educação pública, saúde, segurança social, infraestruturas, proteção no emprego, salários mais dignos), tudo isso foi o País viver acima das suas possibilidades».

«É preciso voltar ao que é suposto serem as nossas possibilidades», disse-nos Passos Coelho na semana passada, ao defender que agora, sim, temos uma economia mais de acordo com o País.

É o regresso do tristemente célebre discurso dos pobres, mas honrados. Srs. Deputados, não há nada de honrado no empobrecimento e na pobreza. Não houve nenhum ajustamento e muito menos ajuda. São palavras vazias para esconder o que tomou conta do País, ou seja, um ajuste de contas da direita com a história, aproveitando o pretexto do combate à crise para diminuir salários, facilitar os despedimentos, consolidar os grandes interesses económicos. Hoje mesmo, ficámos a saber que, no meio do empobrecimento generalizado, os 10% mais ricos nunca foram tão ricos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o relatório do FMI torna ainda claro que o Governo diz uma coisa a Bruxelas e a Berlim e que diz outra coisa aos portugueses. Aos portugueses diz que os cortes são temporários e que vamos recuperar a soberania quando a troica sair e que querem mexer em todos os impostos que foram subindo ao longo destes anos. «Um novo ciclo», diz o Governo cá, para percebermos que lá assinam compromissos para cortar mais 2000 milhões de euros, só em 2015. É um novo ciclo, certamente, mas é um novo ciclo de austeridade.

Aplausos do BE.

Em nome da seriedade e da clareza do debate, fazemos um desafio às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados do PSD e do CDS, que é simples: digam aos trabalhadores, a quem prometeram não cortar salários, que os cortes nos salários e nas pensões são para sempre. Admitam que, em 2015, trabalhadores e pensionistas vão ter os mesmos cortes e ainda mais outros em cima dos mesmos. Não pedimos para nos dizerem se há ou não milagre económico, esse milagre ninguém vê e, sobretudo, ninguém sente. É irrealidade, não existe.

Mas há um ponto que tem de ficar claro e por isso pergunto: os cortes nos salários e nas pensões são ou não temporários? Se são permanentes, digam-no aos portugueses e digam também ao Tribunal Constitucional, que passam a vida a tentar contornar. Se são temporários, comprometam-se, aqui e agora, a devolvê-los no próximo ano, quando a troica sair de Portugal. Isso, sim, seria uma medida para resolver os problemas concretos dos trabalhadores e dos pensionistas em Portugal e para ajudar a economia.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, o Governo e os partidos que o suportam, o PSD e o CDS, não se cansam de falar nas exportações, dizendo que representam o sucesso do País e o sucesso das suas políticas.

Entendemos que as exportações podem até representar o sucesso das suas políticas de empobrecimento, mas dificilmente representarão o sucesso do País. Ao sucesso de uns quantos contrapõe-se a perda de direitos de salários e até a perda de emprego por parte de muitos. Por isso, é caso para perguntarmos: se há tanto sucesso, por que razão há necessidade de cortar direitos a quem produz os bens que exportamos — os trabalhadores?

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Em matéria de exportações, Sr.^a Deputada, julgo que há um exemplo muito claro de sucesso: o das políticas da agricultura, que, aliás, já foi aqui mencionado hoje.

Este exemplo é esclarecedor enquanto modelo que se tenta impor ao País. Se, por um lado, temos o sucesso do agronegócio, associado nomeadamente às grandes empresas, por outro, temos o contraste, ou seja, o recurso recorrente ao trabalho clandestino e ao trabalho escravo assente na angariação de mão-de-obra barata, e falamos de pessoas que não são mais do que uma espécie de negreiros do século XXI.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Infelizmente, esta é a realidade que conhecemos no mundo agrícola e este é um modelo que o PCP repudia. Quando a direita fala em modernidade, não nos traz nada que não seja velho — muito velho, aliás.

Para o PCP o que está em causa é um processo em que se tira a muitos para dar a muito poucos.

Nesta matéria, os dados da Comissão Europeia, que conhecemos recentemente e que foram publicados hoje, são muito esclarecedores quanto, por exemplo, ao IRC, matéria sobre a qual o PCP insistentemente pediu dados ao Governo no âmbito do processo legislativo. Aliás, percebemos agora por que é que o Governo os tentou esconder: é que a Comissão Europeia diz que a reforma do IRC, proposta pelo Governo e consensualizada com o PS, representará ao fim de três anos uma perda de receita fiscal de 247 milhões de euros, 247 milhões de euros que são tirados dos cofres do Estado e que vão diretamente para os bolsos das grandes empresas.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Por isso, para o PCP, Sr.^a Deputada, o que está em causa é um processo claro e escandaloso de concentração da riqueza.

Por isso, pergunto-lhe se a Sr.^a Deputada partilha com o PCP a análise de que estamos perante um processo claro de concentração da riqueza e se não acha que o País, infelizmente, já conhece esta receita, que foi aplicada aos portugueses durante 48 anos com os resultados que todos conhecemos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, muito obrigado pelo seu comentário e pela sua questão.

Penso que o Sr. Deputado tocou num ponto crucial, pois a verdade é que a crise serviu como desculpa a estes partidos da direita para fazerem uma reforma, uma reengenharia social, que há muito queriam fazer. Foi a desculpa encontrada para retirar direitos e para retirar salários.

Mas não nos enganemos: a crise não teve as mesmas consequências para todos, porque a verdade é que sabemos que há mais milionários, a verdade é que sabemos que os ricos estão mais ricos, a verdade é que num País onde não há margem orçamental para subir os salários dos que recebem menos, em que não há margem orçamental para descer o IVA que «mata» milhares de restaurantes e de pequenos estabelecimentos neste País e em que não há margem orçamental para políticas sociais, há margem orçamental para descer o IRC às grandes empresas.

Este é o País das escolhas! É o Governo que escolhe entregar à banca os 1000 milhões dos *swaps* ou pagar as PPP, ao mesmo tempo que diz não ter dinheiro para fazer as reformas que tem de fazer.

A verdade é que o empobrecimento e o desemprego colocaram o País numa situação muito pior do que aquela que estava em 2011.

Hoje, o que vemos na rua — e temos muita pena que os Srs. Deputados do PSD e do CDS não andem na rua para ver o que, pelos vistos, toda a gente vê, porque está lá! — é o desespero, é o desespero de desempregados. O desemprego de longa duração subiu 65%! E falamos de pessoas que perderam a esperança. O que se perdeu em Portugal não foi só dinheiro, a esperança perdeu-se em Portugal!

Falamos de situações de desempregados que, para terem acesso a um carimbo que diz que procuraram emprego, têm de fazer trabalho não pago ou, pior, têm de pagar uma taxa para alguém lhes dar uma senha para provarem que são desempregados, porque este é o País que persegue os desempregados e os pobres sem lhes oferecer qualquer perspectiva de futuro.

E, Sr. Deputado, penso que também concordará comigo em que uma imagem vale mais do que mil palavras. Ora, neste caso, a imagem do silêncio das bancadas do PSD e do CDS vale por todas as afirmações.

Mas deixámos um desafio claro: os cortes são ou não temporários? Os senhores disseram que os cortes eram temporários, então, reafirmem essa decisão e reponham a situação anterior aos cortes ou, então, desmintam-se e digam que os cortes são permanentes. O que não podem é continuar a enganar as pessoas sem lhes dizer o que é que elas esperam do futuro e, sobretudo, o que não podem é dizer que há um milagre económico. É que se há um milagre económico, então, devolvam os salários às pessoas! Se há margem, devolvam os salários às pessoas, mas digam-no!

É esta a clareza de debate que se pede às bancadas do CDS e do PSD; caso contrário, penso que o silêncio destas bancadas revela a seriedade com que fazem este debate e a importância que dão à honestidade. É um silêncio cúmplice das políticas de empobrecimento deste Governo.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte.

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal assumiu, nos últimos três anos, a urgência de concretizar uma estratégia de fomento industrial para o crescimento e o emprego entre os anos 2014 e 2020, porque com mais e melhor indústria teremos melhor economia e, consequentemente, teremos mais e melhor emprego e um País mais desenvolvido, equilibrado e estável económica e socialmente.

É justo, a propósito de uma estratégia de fomento industrial, que se realce que Portugal foi o primeiro País da União Europeia a definir esta estratégia — aliás, só muito recentemente, outros países do sul da Europa é que também decidiram priorizar a necessidade da chamada reindustrialização. Aliás, na última reunião da COTEC, realizada em Lisboa, estiveram vários responsáveis de países do sul da Europa para debaterem e uma estratégia conjunta.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os países mais industrializados são os mais estáveis e robustos económica e socialmente e Portugal deve incrementar uma indústria forte, mas moderna, que vise um crescimento sustentável da economia assente no aumento das exportações, na captação de investimento, na estabilização do consumo privado e na qualificação do capital humano.

Os últimos indicadores económicos e sociais confirmam, felizmente, que começam a existir sinais de que os muitos sacrifícios e as muitas dificuldades que as pessoas e as empresas têm tido permitiram que fossem feitas reformas muito difíceis e muito impopulares mas indispensáveis para um novo paradigma da economia portuguesa, com um modelo económico assente numa economia baseada em bens transacionáveis e na aposta nas exportações, em detrimento de um modelo económico assente em investimento público, sustentado por endividamento do Estado, e em consumo privado sustentado por excessivo endividamento bancário.

A nova estratégia de fomento industrial assenta em nove eixos de atuação, interligados, muitos já estão a ser implementados, com um calendário muito claro.

A saber: a consolidação e reestruturação do tecido empresarial, a estabilização da procura interna, a qualificação, o financiamento, a promoção do investimento, a competitividade fiscal, a internacionalização, a inovação, o empreendedorismo e as infraestruturas logísticas.

De todos estes eixos de atuação, são já várias as medidas que foram concretizadas e, em alguns casos, já estão em implementação. Este exemplo do fomento industrial, com uma estratégia definida a seis anos e em simultâneo com o Portugal 2020, deve mobilizar o País e os portugueses, porque do seu sucesso dependerá muito do futuro de Portugal, nas próximas décadas, independentemente das orientações ideológicas, rivalidades territoriais e regionais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nestas matérias todos devemos ter a capacidade e a paciência para estabelecer plataformas de entendimento que ultrapassem objetivos de mero curto prazo.

O fomento industrial deverá, ao ser concretizado, servir como uma das traves mestras do regresso ao crescimento sustentado da nossa economia.

Estou convicto que somos muitos os que concordam que o crescimento sustentável da economia portuguesa apenas poderá ser conseguido se as nossas exportações continuarem a aumentar, se soubermos atrair mais investimento nacional e estrangeiro, se estabilizarmos o consumo privado e se qualificarmos o nosso capital humano.

O Sr. **Hugo Soares Lopes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — E, Sr.^{as} e Srs. Deputados, estas não são questões novas ou sequer de ontem e são questões que também não devem separar os portugueses ou, sequer, os partidos políticos, mesmo, estamos em crer, os que não têm participado no chamado arco da governação que devem assumir as suas propostas de forma clara.

Nós, no PSD, entendemos que a reindustrialização de Portugal, com mais indústria, contribuirá para uma melhor economia e esta, pelo seu lado, terá como resultado mais e melhor emprego para os trabalhadores portugueses.

Aplausos do PSD.

Queremos acreditar que os demais partidos também pensarão como nós.

Se foi possível um acordo entre PSD, PS e CDS na reforma do IRC, o que impedirá um acordo também sobre a reindustrialização do País?

A reindustrialização pode, pois, ser um tema de entendimento entre os partidos, um fator de mobilização para o País. Em suma: um desígnio nacional que ultrapasse diferenças ideológicas e calculismos políticos de ocasião, já que é consensual a sua necessidade e há que ter a expectativa de existirem várias matérias para consenso político. Aliás, neste particular, ainda recentemente o Sr. Presidente da República defendeu para Portugal a retoma dos «caminhos da reindustrialização».

Também o Governo, ao longo destes quase três anos que leva de funções, soube, em primeiro lugar, preparar o terreno para o relançamento da economia em bases muito mais sólidas, através de inúmeras reformas, muitas delas impopulares, seja na agilização e simplificação do licenciamento de projetos industriais e da obtenção de autorizações, seja na redução da burocracia da Administração Pública, seja na flexibilização da legislação laboral, seja no sector da justiça e em muitas outras áreas em que havia que dar um sinal aos empresários, aos investidores e a todos os empreendedores de que Portugal é um País amigo do investimento.

Também da parte da União Europeia existe, finalmente, uma perceção de que a reindustrialização deve ser cada vez mais um objetivo político comunitário e de que só através desta a Europa conseguirá vencer as batalhas da globalização.

Um bom exemplo dessa perceção foi a recente IX Conferência da COSEC, que juntou no nosso País representantes da Comissão Europeia e também de Espanha e de Itália, e teve como tema principal a reindustrialização na Europa. Aliás, permito-me lembrar as palavras do Comissário António Trajani, proferidas ainda há poucos dias, segundo o qual, e cito: «agora a política industrial está em cima da mesa».

A reindustrialização é, pois, um objetivo político que a todos deve unir: União Europeia, Estados-membros, empresas, instituições financeiras, centros de investigação e, evidentemente, também os trabalhadores.

Que não existam dúvidas: a reindustrialização do País pode revelar-se como o fator que mais poderá dinamizar a indústria nacional, aumentando também a sua competitividade e permitindo que o peso da indústria transformadora na economia possa atingir os 18% já em 2020.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o problema industrial português não é novo, não é de hoje nem das últimas décadas.

Para este desígnio de reindustrialização do País todos devemos contribuir e são muitos os eixos para a sua concretização, mas só através deste esforço de todos conseguiremos corrigir os desequilíbrios que existiram durante tantas décadas no nosso País.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Após enormes sacrifícios, que aliás ainda todos sentimos, Portugal está, finalmente, à beira de recuperar a sua autonomia.

Se é certo que não há uma solução única, milagrosa, para Portugal sair da crise e retomar a senda do crescimento e do desenvolvimento social e económico, não o é menos que nada conseguiremos se não nos ajudarmos a nós próprios, se baixarmos os braços e se não acreditarmos que podemos e que vamos vencer.

A história julgar-nos-á a todos sem exceção. A todos mesmo! Mesmo àqueles que estão sempre do lado do protesto da rua e que nunca estão disponíveis para apresentar propostas e caminhos alternativos com base na realidade,...

O Sr. **Hugo Soares Lopes** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — ... porque quase nunca os que gritam, falam ruidosamente e, muitas vezes, com recurso ao insulto gratuito têm a razão do seu lado, antes pelo contrário.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Inscreveram-se quatro Srs. Deputados para pedir esclarecimentos, aos quais, de acordo com informação que chegou à Mesa, o Sr. Deputado pretende responder em conjunto.

Assim, sendo, para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, há duas coisas essenciais para ter uma nova estratégia de fomento industrial. A primeira é estratégia, que, claramente, o Governo não tem, e a segunda é fomento, ou seja, é investimento, coisa que o Governo também não tem nem consegue garantir.

Portanto, se pegarmos na nova estratégia de fomento industrial e lhe retirarmos palavras caras como «competitividade», «inovação» e «internacionalização», o que fica é «uma mão cheia de coisa nenhuma». Não fica nada! Não resta nada, além de uma retórica vazia sem qualquer consequência prática.

O que o Sr. Deputado vem aqui apontar como uma estratégia ou aquilo que chama uma estratégia de industrialização, na verdade, centra-se em três pontos, o primeiro dos quais é privatizar monopólios naturais em áreas não transacionáveis. Aliás, foi isso que fizeram com a REN, com a EDP, entregaram a privados áreas que são lucrativas e não transacionáveis. Portanto, se quiser levar o argumento neste ponto, posso dizer-lhe que desviaram investimento de atividades produtivas para atividades não transacionáveis e que não podem ser exportadas. Este é o primeiro pilar da vossa estratégia.

O segundo pilar da estratégia é descer impostos, mas descer impostos para sociedades gestoras de participações sociais, descer impostos para quem transfere lucros para a Holanda para pagar menos ao Estado português. Isto não é estratégia de industrialização, isto não cria nenhum fomento à atividade produtiva, isto é uma estratégia para os grandes grupos económicos pagarem menos impostos em Portugal.

O terceiro pilar é o de liberalizar o mercado de trabalho, tirar direitos aos trabalhadores, descer salários, com o argumento, que nunca foi provado, aliás, já foi contrariado muitas vezes, de que menos salário cria emprego. Não é verdade! Não é possível provar isso, pelo contrário, mais salário, mais direitos, criam mais emprego e com mais condições.

Portanto, Sr. Deputado, no seu discurso vazio, ficam a faltar duas coisas para a sua nova estratégia de fomento industrial, uma das quais é, desde logo, a estratégia. E desafio-o a dizer aqui que setores, onde e como. É o mesmo debate que tivemos ontem! É que querem uma estratégia industrial mas não estão dispostos a fazer investimento público a sério, não estão dispostos a identificar áreas de desenvolvimento industrial como áreas prioritárias.

Ainda ontem, o Sr. Secretário de Estado disse aqui que o Governo não decide nenhuma área prioritária de investimento, o Governo dá o dinheiro às PME e as PME decidem onde querem investir. Isto, Sr. Deputado, não é uma estratégia de desenvolvimento industrial, nem aqui, nem em lado nenhum.

Portanto, se, de facto, quer falar de desenvolvimento industrial, desafio-o a falar de estratégia e de fomento. São estes dois pontos que faltam na prática, relativamente à retórica que aqui nos trouxe.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, a Mesa tem conhecimento de que o Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte responderá globalmente, pelo que tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte, de que reindustrialização é que está a falar? É que já estão a governar Portugal há três anos e aquilo a que assistimos nestes três anos foi à destruição da indústria, à destruição da capacidade produtiva. Não há nenhuma reindustrialização em curso em Portugal, e ainda ontem tivemos esse debate.

Em 2013, tivemos destruição líquida de emprego na indústria e na agricultura. Apesar da criação líquida de emprego, na indústria e na agricultura houve destruição de emprego. Não tivemos criação líquida de emprego na indústria e na agricultura.

Sr. Deputado, o crescimento das nossas exportações depende, em mais de metade, de uma só empresa. Quando os Srs. Deputados leem as categorias de produtos exportados fazem referência, por exemplo, à ótica e precisão, que aumentou 22% em 2013.

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — Ao calçado!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quero dizer-lhe que a exportação de relógios aumentou, em 2013, mais de 40%. À partida, parece que Portugal, agora, produz relógios, mas não, Portugal não está a produzir relógios, Portugal está a reexportar relógios que importa. Empresas representantes de marcas que deixaram de conseguir vender para o mercado interno, comprimido pela austeridade imposta pelo Governo, agora, têm de escoar os seus produtos e escoam para países onde não há essa representação de marcas.

Sr. Deputado, não é mau reexportar produtos importados, mas não é reindustrialização, porque não há produção de relógios em Portugal.

Temos um aumento da exportação de plásticos e de borracha, Sr. Deputado, mas a verdade é que não há um aumento da produção de plástico nem de borracha em Portugal, há uma reorientação. Perante um mercado comprimido pela austeridade, há uma reorientação da exportação para mercados externos, não há reindustrialização, não há aumento da capacidade de produção, não há uma transformação estrutural da nossa economia.

O Sr. Deputado falou do setor do calçado. O setor do calçado teve uma reconversão com sucesso, mas, como deve convir, o nosso País, para poder pagar a importação de energia, de automóveis, de *iPad*, de *iPhones*, precisa de graduar as suas exportações. A verdade é que, nestes três anos, as exportações de média e alta tecnologia caíram e, portanto, estes três anos foram de desastre em matéria de industrialização. E, agora, o que temos é um acordo de parceria que promete essa industrialização.

Mas, Sr. Deputado, deixe-me fazer-lhe uma pergunta que ontem fizemos ao Sr. Ministro e à qual o Sr. Ministro fugiu: qual é a estratégia de especialização inteligente do Governo? A Comissão Europeia exige a todos os governos que apresentem uma estratégia de especialização inteligente, anexada aos acordos de parceria, e nessa estratégia são definidas as prioridades. A que áreas, atividades ou tecnologias vamos dar prioridade? É a nanotecnologia? É a biotecnologia? É a mobilidade sustentável? É a tecnologia de impressão a três dimensões? É o quê? Ontem, o Sr. Ministro não deu resposta, não disse quando é que vai entregar essa estratégia de especialização inteligente. À data de hoje, não a conhecemos, à data de hoje, a única coisa que sabemos...

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Ferro Rodrigues.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, à data de hoje, a única coisa que sabemos é que os senhores falam, falam mas não têm uma estratégia de desenvolvimento económico e industrial do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte, de facto, trouxe-nos aqui uma declaração política relacionada com um tema de grande importância mas que, Sr. Deputado, é completamente contraditória com a ação concreta que o Governo vai desenvolvendo.

Os senhores vão enchendo o discurso com referências à industrialização e à necessidade de reindustrializar o País, depois de terem sido os primeiros protagonistas no processo de desindustrialização do País, de liquidação da nossa indústria, como, de resto, de todos os setores produtivos, ao longo de anos de governação, pelo qual, agora, pelos vistos, não querem assumir rigorosamente nenhuma responsabilidade.

Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte, a primeira questão que lhe coloco é esta: que responsabilidade é que os senhores vão, afinal de contas, assumir pela situação de desindustrialização a que chegámos, que é da vossa responsabilidade, com a vossa ação concreta em sucessivos Governos, ao longo de anos?!

Mas há outra responsabilidade que os senhores também têm de assumir, Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte, e que tem a ver com a vossa atuação no apoio a um Governo que, nos últimos anos, não tem feito outra coisa senão contribuir para que o processo de desindustrialização vá ainda mais longe. Já aqui foram referidos, por exemplo, aspetos que têm a ver com o acordo que o Governo português tem dado, sucessivamente, a medidas e processos concretos que contribuem para estourar com alguns setores portugueses no plano da indústria, designadamente a acordos de livre comércio, a medidas europeias relacionadas com as políticas do mercado comum, que, pura e simplesmente, põem em causa, liquidam, importantes setores da nossa indústria. Os senhores têm sido responsáveis por isso! Acha que não têm de assumir qualquer responsabilidade, Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte?!

Mais: há hoje processos concretos em que se traduz este processo de desindustrialização, de liquidação da nossa indústria, relativamente aos quais os senhores entendem que não têm de intervir. Dou-lhe exemplos concretos de processos de despedimentos coletivos que estão em curso com o objetivo de desmantelamento das empresas, empresas que, em alguns casos, estão relacionadas com setores da indústria que deviam e necessitavam de alguma intervenção por parte do Estado, a começar pelo exemplo recente da KEMET, uma empresa industrial que produz condensadores de tântalo, em Évora, que tem em curso um processo de despedimento de mais de 100 trabalhadores, com o objetivo de desmantelar linhas de produção e transferir a empresa para o México, ao qual o Governo assiste de braços cruzados.

Sr. Deputado, entende que o Governo e a maioria nada têm a fazer em relação a processos que significam a liquidação de unidades industriais no nosso País?!

Dei-lhe um exemplo mas podia dar-lhe outros...

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Concluo, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, podia dar-lhe outros exemplos, como o da Efacec, o da Coelima, processos de privatizações como o dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, com vista ao desmantelamento de uma parte importantíssima da nossa indústria, o das minas de Neves-Corvo, entregues a um grupo internacional — a Lundin Mining —, o processo da MaxamPor, um grupo espanhol que comprou a antiga Sociedade Portuguesa de Explosivos e que também tem em curso um processo de despedimento coletivo, com o objetivo de liquidação da indústria.

Sr. Deputado, para quem vem aqui fazer uma declaração política sobre industrialização, o senhor devia começar por dizer o que estão a fazer para travar a desindustrialização. Temos pena que, sobre isso, nada tenham a dizer.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte, quero felicitá-lo pelo tema muito, muito importante que aqui trouxe e lamentar que, ao desafio de necessário consenso sobre a matéria da reindustrialização do País, a resposta das oposições seja quase nada.

Ouvimos aqui até uma história engraçada sobre óticas e sobre procuras e vendas de relógios. Estava a ver que quase condenavam os jogos olímpicos por os caiaques Nelo serem altamente procurados na altura dos jogos olímpicos,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É uma chatice!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... mas, enfim,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Enfim, o quê?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... é uma chatice existir procura para produtos portugueses,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não são portugueses!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... mesmo que não se exportem, mesmo que não seja essa a questão.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Seja um bocadinho mais exigente consigo próprio!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Deputado, gostava de lhe perguntar sobre consensos, porque o que é importante nesta matéria são consensos, que, aliás, já existem, como disse, e bem, em vários países da Europa, que, de repente, perceberam — tem havido até uma concertação bastante considerável entre a Itália, a França e a Espanha — esta necessidade de nos voltarmos para a indústria, e Portugal não pode estar fora desse largo consenso.

Mas é verdade que não é possível fazer uma reindustrialização do País ou um fomento que preveja crescimento económico e industrialização do País sem formação. E a pergunta que lhe faço é no sentido de saber se está ou não previsto, como ainda ontem foi aqui bem explicado, no novo quadro 2020, um apoio claro para a formação, não para a formação virada para algo em concreto, mas para a formação virada para as empresas, para o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento das empresas. Isso está ou não previsto no quadro comunitário?

Também não é possível haver reindustrialização sem financiamentos. Esta é uma «perna» fundamental para que tenhamos sucesso. E aquilo que lhe pergunto é se estão ou não previstos, quer no atual QREN, quer na nova instituição de desenvolvimento financeiro que foi criada, quer na nova missão para a Caixa Geral de Depósitos, os mecanismos para esse fim? Não defendo uma política dirigista sobre esta matéria mas temos de criar ferramentas e instrumentos para que as empresas o possam fazer.

Ontem, discutimos aqui amplamente, aliás, com o acordo do Partido Socialista e por isso estranho a intervenção do Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, que devem ser criadas ferramentas para que as empresas possam conseguir voltar-se para essa política de fomento industrial. E ela é tanto mais importante, como ainda ontem aqui disse (e também teve o acordo do Partido Socialista ou, pelo menos, assim pareceu), quanto o acordo que já fechámos com o Canadá e aquele que a União Europeia está a fazer com os Estados Unidos, não só no âmbito dos serviços públicos, mas também para o conjunto de empresas portuguesas.

Segundo os estudos que se fazem, parece que se esse acordo for conseguido com sucesso...

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Termina, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, segundo os estudos que se fazem, se esse acordo for conseguido com sucesso, prevê-se que, apenas num ano, os agregados familiares europeus possam ganhar 545 milhões de euros.

Portanto, parece-me relevante preparar a nossa indústria e a nossa economia para esta abertura dos mercados do Canadá e dos Estados Unidos, bem como de outros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ganham a vida só com acordos!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Deputado, pergunto-lhe: estamos ou não a trabalhar nesse sentido? É ou não necessário que, sobre esta matéria, haja aqui um amplo consenso?

Devíamos estar todos a trabalhar no sentido de dar as ferramentas necessárias e úteis às empresas e não propriamente a contar algumas histórias que a oposição gosta de contar mas que, como digo sempre, não são mais do que puxar para baixo a confiança e aquele que é um necessário incentivo à indústria, aos portugueses e às empresas.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Feliciano Barreiras Duarte.

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço as questões, embora algumas não sejam propriamente questões mas apenas comentários.

Começo por dizer que, hoje, ficou aqui claro quem está do lado da necessidade de um consenso alargado em relação a esta matéria.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — E também ficou aqui claro que existem, do ponto de vista ideológico, diferenças entre aquilo que a maioria defende e, por exemplo, aquilo que o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista defendem.

O Sr. Deputado João Oliveira perguntou aqui se o PSD assume as suas responsabilidades em relação a estas matérias durante o período de tempo em que tem servido o País, em sucessivos Governos, e, como sabe, a resposta é clara: quer quando estamos no Governo, quer quando estamos na oposição, assumimos todas as nossas responsabilidades não só por aquilo que fazemos bem feito mas também, eventualmente, por algumas coisas que não conseguimos fazer como gostaríamos.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — E seria interessante ouvir o Partido Comunista assumir que houve um período da nossa história coletiva em que o Partido Comunista e outros partidos políticos, em relação a esta matéria, fizeram aquilo que poderemos chamar o «estoiro» de muitas empresas, com ocupações selvagens e outro tipo de atitudes menos próprias num Estado de direito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — O que estoizou as empresas foram as sabotagens económicas, não foram os trabalhadores!

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — O Sr. Deputado João Oliveira fala sobre o tempo em que estivemos no Governo, mas, nos últimos 19 anos, o CDS-PP e o PSD governaram o País durante 5 anos e meio e o Partido Socialista durante 2/3 desses anos.

No período em que o Partido Socialista esteve no Governo, tivemos muito pouco em termos de estratégia de fomento industrial. Aliás, é fácil verificarmos, no que respeita ao índice da produção industrial, qual é a variação desde o tempo do Partido Socialista até aos dias de hoje.

A isso podíamos somar outros indicadores, nomeadamente o das variações homólogas do crescimento do PIB, em que crescemos claramente acima da União Europeia — sei que são dados que normalmente não gostam que sejam exibidos —, e o mesmo se passa quando se fala do crescimento das exportações de bens entre 2010 e 2013, em milhões de euros. Tenho um gráfico em que está bem clara a evolução.

Para ser ainda mais perceptível, podemos recuar ao ano de 2005 para vermos, comparando o nosso tempo de governo com o vosso tempo de governo e já que falaram do desemprego (que é algo que nos preocupa a todos mas, mais adiante, vai perceber porque é que apresento estes dados), qual é a variação da taxa de desemprego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — Isto leva-me a mostra-vos algo que vos deve ser mais familiar, que é uma fotografia do vosso Secretário-Geral nos tempos em que gostava muito de andar com o François Hollande.

Aplausos do PSD.

E o Partido Socialista deveria dar explicações aos portugueses, mesmo que não fosse através do seu Secretário-Geral, ou pedir desculpas a muitos portugueses,...

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — ... aos quais garantiam que, se François Hollande fosse eleito Presidente da República de França, iriam ter grandes mudanças. Até houve um Deputado vosso que afirmou «senti a vitória como nossa, até chorei e gritei»!

Risos do PSD.

O vosso Secretário-Geral disse a François Hollande «alcançaste um resultado histórico que nos enche de satisfação»,...

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem que concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — ... mas temos, agora, em França, um governo que toma medida mais drásticas do que o nosso.

Termino, Sr. Presidente,...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Não termine, Sr. Deputado! Não termine!

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — ... citando uma pessoa que os senhores conhecem bem,...

Vozes do PSD: — E admiram!

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — ... que é um antigo Primeiro-Ministro de Portugal, que, em 2010, ao dirigir-se aos portugueses, disse...

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — A citação é curta, não é?

O Sr. **Feliciano Barreiras Duarte** (PSD): — É, Sr. Presidente.

Continuando, disse o seguinte: «dirijo finalmente aos portugueses um palavra de confiança. Nenhuma nação vence sem confiança em si própria. Esse sentimento de confiança deve prevalecer sobre o negativismo e sobre o pessimismo, atitudes que só conduzem à descrença, à paralisia e à desistência no futuro». Sabem quem disse isto? José Sócrates!

Aplausos do PSD e do PS.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Srs. Deputados, terminámos este ponto da ordem do dia.

Passamos agora à apreciação do Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, que procede à alteração do regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas, à transferência da responsabilidade pelo pagamento destes complementos de pensão para a Caixa Geral de Aposentações, IP, e à fixação das regras de extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas [apreciação parlamentar n.º 73/XII (3.ª) (PCP)].

Tem a palavra, para apresentar esta iniciativa, o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional e Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No passado

mês de dezembro, foi publicado o Decreto-Lei que extingue o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

É preciso dizer que este Fundo de Pensões não foi uma invenção dos militares, foi criado em 1990, sendo, na altura, Ministro da Defesa Nacional o Dr. Joaquim Fernando Nogueira e Primeiro-Ministro o Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva.

Em 1990, um folheto do Ministério da Defesa Nacional, que tenho comigo, aliciou os militares a aderir ao Fundo de Pensões, agora extinto.

Nesse folheto dizia-se o seguinte: «prepare a sua reforma com a certeza de um futuro seguro», «garanta a estabilidade da sua pensão», «construa ou compre uma casa em condições favoráveis», «valorize as suas economias», «poupe no IRS», «Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, uma opção de futuro». E dizia-se inclusivamente, dado que os militares teriam de descontar 1% dos seus vencimentos para o Fundo, «saiba como 1% do seu presente lhe pode garantir segurança no futuro».

Portanto, os militares não precisavam de fazer nada, bastava não se oporem à integração no Fundo e passavam a descontar 1% do seu vencimento para poderem vir a beneficiar do complemento de pensão resultante do seu Fundo.

Ora bem, o que aconteceu foi que os militares passaram a descontar 1% sobre o seu vencimento mas os demais pressupostos financeiros previstos, que tinham a ver com a utilização das verbas provenientes da venda do património do Ministério da Defesa Nacional que deveriam reverter para o Fundo, não se verificaram e, de há uns anos para cá, os governos têm vindo a concluir pela inviabilidade do Fundo, pela sua falência, e têm encomendado estudos sobre estudos para encontrarem uma solução, até que encontraram a solução final, que foi extinguir o Fundo, passar as responsabilidades existentes para a Caixa Geral de Aposentações — e depois vêm dizer que a Caixa Geral de Aposentações também está em situação difícil! — e devolver o dinheiro aos beneficiários que estão no ativo e ainda não se reformaram.

Sr.^{as} Secretárias de Estado, Srs. Deputados, o que o PCP propõe é muito simples: vamos admitir a solução de extinção mas pensamos que devem ser salvaguardados os direitos de todos os beneficiários, quer os que estão já reformados, quer os que ainda estão no ativo e que estão a descontar para o Fundo.

O que propomos é, pura e simplesmente, em primeiro lugar, que não sejam alienadas as responsabilidades do Ministério da Defesa Nacional na Caixa Geral de Aposentações e, em segundo lugar, que não se admitam novos beneficiários, novos subscritores. Mas os beneficiários já reformados, obviamente, devem continuar a receber os seus complementos de pensão e os beneficiários ainda no ativo devem poder continuar a fazer os seus descontos e a beneficiar dos complementos de pensão, tal como foi previsto na legislação que criou este Fundo de Pensões.

Nesse sentido, apresentaremos na Mesa um conjunto de propostas para serem apreciadas, na especialidade, na Comissão de Defesa Nacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Rebelo.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Secretárias de Estado, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: Em relação a esta apreciação parlamentar, aguardaremos as propostas de alteração do PCP, que, depois, serão debatidas na Comissão de Defesa Nacional, na especialidade, propostas que são positivas porque, uma vez que não visam a cessação de vigência do próprio Decreto-Lei, poder-se-á abrir um debate interessante em sede da Comissão de Defesa.

Este assunto é muito importante, e isso já aqui dito pelo Deputado António Filipe, porque mexe com algo essencial, que são os complementos de pensão dos militares.

Não podemos tomar decisões fáceis em relação a esta matéria e parece-me que a solução que foi encontrada pelo Governo, na análise que foi feita do que tem acontecido nos últimos anos a este Fundo, é a mais equilibrada e a mais sensata para resolver a questão.

De facto, existe um problema, que foi aqui referido pelo Sr. Deputado António Filipe, que é o facto de o financiamento deste Fundo, que foi criado nos anos 90, só poder ser feito — e isso está escrito — com a venda de património militar. E o que tem acontecido, obviamente, todos os anos (não só agora, não é de há 3

ou 4 anos mas de há muito anos), é que o «zigzague» da própria gestão do património imobiliário tem sido sempre um pesadelo para os sucessivos representantes do Ministério da Defesa, nomeadamente para os secretários de Estado da Defesa que costumam ter essa responsabilidade — e estão aqui várias pessoas que tiveram essa responsabilidade.

Portanto, o perigo de não se conseguir cumprir com as responsabilidades para com os militares sempre que eram necessários «apertos» maiores era um problema, e recorria-se a meios que, aliás, estavam no limite da legalidade, que eram até de duvidosa legalidade.

Perante a evidência de que o único meio de financiamento, que é a venda de património, não pode mais continuar, porque o património não dura para sempre e, ainda por cima, na gestão atual, é muito difícil mantê-lo em termos satisfatórios, o que o Governo estabelece no seu diploma obedece a um conjunto de critérios que consideramos essenciais e podem garantir o que é fundamental em relação a esta questão, nomeadamente que quem está a beneficiar deste Fundo continuará a beneficiar dele. Esta é uma garantia assumida.

No que respeita aos novos militares, eles não entrarão neste Fundo, que vai ser extinto, pelo que, obviamente, não vale a pena estar a participar em algo que será extinto. Quem está na situação «intermédia», porque este Fundo, em parte, também se baseia nas verbas entregues pelos militares, será ressarcido por essas verbas, e, obviamente, a Caixa Geral de Aposentações passará a gerir este Fundo com outros meios disponíveis, que são, obviamente, muito maiores do que a gestão casuística do património.

Trata-se de um problema que dura há muitos anos, que vários governos prometeram resolver, nomeadamente governos de que também fizemos parte no passado, e que não ficou totalmente resolvido ou ficou deficientemente resolvido. A solução que acabei de referir resolve o problema e os próprios militares beneficiários deste Fundo sempre estiveram disponíveis para isso. Logo, esta solução é equilibrada, é justa e é necessária. Não podemos continuar a ver este Fundo a ser gerido da forma como está.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Peço desculpa, Sr. Presidente, vou concluir.

Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, Srs. Deputados, parece-me que a solução encontrada é correta. Obviamente, estamos disponíveis para analisar as propostas do PCP, mas é uma matéria que já leva dois anos de estudo e é uma solução que me parece equilibrada.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Secretárias de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao procedermos à apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 166-A/2013 importa registar que, através deste diploma, o Governo volta a dar o dito por não dito, volta a faltar à palavra, volta a alterar as regras unilateralmente e, por fim, volta a dar um péssimo exemplo relativamente à necessidade de respeitar os compromissos que o Estado assumiu com os cidadãos, neste caso com os militares das Forças Armadas.

Vejamos: este Decreto-Lei pretende alterar o regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas e essas alterações visam, no essencial, por um lado, proceder à transferência da responsabilidade pelo pagamento destes complementos de pensão para a Caixa Geral de Aposentações e, por outro, proceder à fixação das regras de extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

Ora, como se sabe, o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas foi constituído no início dos anos 90 com o objetivo de garantir o pagamento dos complementos de pensão dos militares dos quadros permanentes.

Quando esse Fundo foi criado, o Governo de então — como já foi aqui dito, era do PSD, o Governo de Cavaco Silva — não perdeu tempo e anunciou e divulgou aos quatro ventos as enormes vantagens que decorriam para os militares ao optarem por este Fundo, ou seja, os militares foram estimulados, foram persuadidos a aderir ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

Depois da respetiva adesão, os militares, presumindo a boa-fé do Estado (afinal, o mínimo que se pode exigir aos governos é que garantam a palavra do Estado), foram fazendo os seus descontos nos exatos termos que haviam acordado com o Estado. E assim foi ao longo de quase 1/4 de século, até que chegou o Governo do PSD e do CDS — o mesmo Governo que durante a campanha eleitoral disse que não aumentaria impostos nem mexeria nas reformas de quem andou a descontar uma vida, mas que depois de tomar posse não tem feito mais nada que não seja cortar nos salários e nas reformas de quem passou uma vida a trabalhar — e decidiu extinguir o Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

Ora, a extinção deste Fundo, como facilmente se percebe, vai provocar gritantes injustiças aos futuros reformados das Forças Armadas, sobretudo àqueles que a ele aderiram. Portanto, neste quadro, impõe-se pelo menos garantir os direitos de todos os militares que até hoje aderiram ao Fundo, tanto os que estão no ativo como os que já estão na reforma, nos exatos termos que acordaram com o Estado.

Por conseguinte, acompanhamos o Partido Comunista Português não só na apreciação parlamentar que agora fazemos como também nas propostas de alteração ao diploma que o Sr. Deputado António Filipe acabou de anunciar.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Tem a palavra, para intervir, o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. **Miranda Calha** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Secretárias de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Penso que é oportuno que se coloque a possibilidade de apreciação, em sede parlamentar, deste diploma, precisamente porque fomos apanhados de surpresa em relação às medidas nele previstas, pois não houve um encontro com a Comissão de Defesa Nacional para tratar um determinado tipo de matérias que normalmente costumam ter algum consenso em termos desta Comissão parlamentar.

Mas o Sr. Ministro, o Governo, decidiu legislar em determinado tipo de aspetos de maneira perfeitamente unilateral, sem procurar encontrar, num espaço que é muito relevante — e estamos a tratar da defesa e da instituição militar —, pontes e equilíbrios mais adequados no que respeita a fazer face aos problemas relacionados com a instituição militar.

Por outro lado, queríamos dizer que não deixa de ser curioso que este Fundo de Pensões tenha sido criado num Governo cujo Ministro também era da área do PSD e tendo sido apresentado e sugerido também num momento de grande polémica, na altura relacionado com a então chamada «lei dos coronéis», que era precisamente para racionalizar, ou seja, diminuir o número de efetivos das Forças Armadas. Não deixa de ser curioso que, passados estes anos todos, seja este Governo que agora vai extinguir este Fundo de Pensões.

Portanto, digamos que estamos ainda a ter o efeito daquelas medidas preparadas há uns anos, relativamente ao que foi a governação da área política a que a Sr.^a Secretária de Estado está ligada.

Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Srs. Deputados, por tudo isto, consideramos oportuna esta apreciação parlamentar. Mas esta apreciação parlamentar é oportuna ainda porque um dos problemas relacionados com esta matéria prende-se com as receitas do Fundo de Pensões, receitas essas que eram essencialmente consideradas a nível da alienação de património do Estado ligado à área da defesa.

Em determinada altura, foi publicada uma lei da programação de infraestruturas militares precisamente para acompanhar esse processo de alienação, que obviamente é receita em termos do fundo de pensões, mas cuja legislação, que precisava de revisão e de ser atualizada, nunca aconteceu durante o período de vigência deste Governo, tal não aconteceu em relação à lei de programação de infraestruturas militares e como não acontece também em relação à lei da programação militar.

O que acontece é que, efetivamente, em termos do Governo e nesta área da defesa, nos deparamos ou tropeçamos sistematicamente em situações de problemas, de polémicas, mas não encontramos rigorosamente nada em termos de definição de vetores para a política da defesa.

Isto é muito mau porque o Sr. Ministro e o Governo, nesta matéria, são muito raquíticos em relação ao que se deve fazer neste setor da política da defesa nacional.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Miranda Calha** (PS): — De qualquer modo, quanto ao que foi decidido em matéria de extinção — e consideramos talvez não possamos dizer extinção e que devamos dizer transferência de responsabilidade para a Caixa Geral de Aposentações —, penso que podemos acompanhar essa matéria, mas queremos também ouvir respostas a certos pontos.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

Os pontos que questionamos são, designadamente: quais são os efeitos negativos da extinção do Fundo? Quais são os critérios de reembolso daqueles que contribuírem para o Fundo? Como é a relação entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério das Finanças?

Finalmente, pergunto qual é a relação com a necessidade de alterar estatuto dos militares das Forças Armadas, porque também passa por aqui.

Aplausos do PS.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mónica Ferro.

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP hoje traz-nos uma apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 166/2013.

Em relação à atuação do Governo nesta matéria, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que este Governo fez foi, de facto, enfrentar a realidade de um fundo de pensões que estava totalmente descapitalizado, sem verbas sequer para pagar os complementos até ao final do ano de 2011, com adiantamentos por regularizar e com propostas para regularização do financiamento que eram sistematicamente recusados pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Enfrentamos este problema porque, para nós, as Forças Armadas são importantes demais para que com elas façamos demagogia. Sim, porque este Governo, desde que tomou posse, o que fez foi encontrar uma forma de financiar as responsabilidades mensais do Fundo e encontrar uma solução que fosse, em simultâneo, equilibrada e justa para este Fundo.

Deixem-me recordar ao PCP, a esta Câmara e aos portugueses a situação financeira do fundo. No final de 2012, tínhamos, aproximadamente, 12 600 beneficiários; compromissos anuais de cerca de 31 milhões de euros; valor atual das responsabilidades de cerca de 260 milhões de euros e contribuições anuais dos participantes de 1,6 milhões de euros. Insustentável!

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Mónica Ferro** (PSD): — Foram, de facto, feitos vários estudos. Aquilo que, hoje, aqui é referido como sendo falsas soluções foi, na realidade, um conjunto de medidas que iam desde o resgate integral do Fundo, que custaria cerca de 300 milhões de euros, até à manutenção atual da estrutura, com um encargo anual de 32 milhões de euros.

Reparem que em nenhuma das situações foram postas em causa as contribuições efetuadas pelos militares.

Mas quais foram as soluções é que é importante reter. Antes de qualquer debate e sem demagogias, podemos afirmar que com esta solução nenhum militar será prejudicado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os militares que já recebem complemento de pensão continuarão a recebê-lo, um valor, que, aliás, vai ser atualizado nos mesmos termos em que o são hoje as pensões da Caixa Geral de Aposentações.

Os militares que ainda não receberam qualquer complemento serão reembolsados do que contribuíram com atualizações. Prevemos, inclusive — algo que não tinha sido contemplado antes — um reembolso para os herdeiros desses militares que tenham feito contribuições. Todos serão notificados dos valores que têm a receber e, a partir de junho de 2014, este valor passará a ser pago pela Caixa Geral de Aposentações e financiado pelo Orçamento do Estado, através do orçamento do Ministério das Finanças. Isto significa um esforço considerável. No total, vão ser reembolsados cerca de 31 milhões de euros de contribuições de 15 100 militares.

De um cenário de descapitalização crónica, que resultou do incremento das responsabilidades do Fundo ao longo dos anos sem o correspondente acréscimo de receitas — já aqui foi dito que a venda de património, de facto, não era suficiente —, resultou um desequilíbrio profundo entre as receitas e as despesas do Estado. Assim, o Fundo acabou por se revelar — e os números comprovam-no — pouco atrativo para os militares. Reparem que, de uma força de 33 000 ativos, temos neste momento 2800 participantes no Fundo, ou seja, 10% dos militares.

Quem recebia tem garantido que continua a receber o seu complemento, nos termos exatos e nas condições em que tem recebido. Foi esta a solução encontrada, uma solução que permite manter o pagamento do complemento de pensão. Caso esta solução não tivesse sido avançada, o que poderia ter acontecido era a extinção unilateral deste fundo pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Estamos, como sempre estivemos, atentos e preocupados com a situação dos nossos militares, a quem tanto devemos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, do BE.

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Secretárias de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Acompanhamos esta apreciação parlamentar, bem como as propostas que irão ser feitas em relação ao respetivo decreto-lei.

De facto — já aqui foi dito —, não foram os militares que pediram qualquer tipo de fundo; pelo contrário, o que foi feito a este propósito pelo Governo da altura, que também já aqui foi identificado, um Governo do PSD, foi uma publicidade enganosa acerca do Fundo, cujo folheto, aliás, aqui já foi lido. Este é, de facto, um exemplo do aliciar para estes fundos de pensões não geridos publicamente, que, como bem se sabe, demonstram o fracasso do seu resultado.

Ora, aqui chegados, decorridos todos estes anos de 1990 até agora, constata-se, diz-nos o Governo, que o Fundo está descapitalizado. E o que fazer, perante esta circunstância? É simples, a receita de sempre: acaba-se com o Fundo! Acaba-se com o Fundo não honrando totalmente os compromissos, porque honrar os compromissos é exatamente não retirar a compensação a quem já recebe e também continuar com essa mesma compensação a quem descontou para esse Fundo, porque há um direito dessas pessoas em formação.

Por isso mesmo, não chega, como diz o decreto-lei, haver um reembolso. Aliás, curiosamente, no artigo 12.º diz-se que o formato desse reembolso haverá ainda de ser determinado por uma portaria do Governo, ou seja, ainda não se sabe qual o formato do reembolso, pelo que se diz no artigo 12.º.

Portanto, de facto, não estão acautelados os direitos das pessoas e, pior que isso, não estão nunca acautelados por este Governo os contratos firmados com as pessoas, designadamente com os pensionistas.

O Governo, que se arroga tanto de ser cumpridor dos compromissos que tem com a banca e com os credores, não tem nunca a mesma visão de honrar os compromissos e contratos firmados com os pensionistas — no caso, com os pensionistas militares. Por isso mesmo, é necessário que se apure e se invertam algumas situações deste decreto-lei, que se façam as respetivas alterações no sentido de honrar exatamente os compromissos que o PSD — e é o PSD que tem a total responsabilidade nesta matéria —, em 1990, com uma ampla publicidade, assumiu junto dos militares.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Ferro Rodrigues): — Para intervir em nome do Governo, tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, a quem cumprimento.

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional** (Berta Cabral): — Sr. Presidente, os meus cumprimentos também.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado: Estamos aqui a apreciar um diploma que visa resolver um problema que todos os Governos anteriores a este pretenderam resolver porque sabiam, exatamente, que se tratava de uma situação absolutamente insustentável.

O Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas revelou-se ao longo do tempo uma equação impossível, porque a principal componente de financiamento deste Fundo era a venda de património. Ora, como é óbvio, não se pode financiar indefinidamente responsabilidades crescentes e ilimitadas com património limitado. Um dia teria o seu fim.

Por outro lado, as comparticipações dos participantes representavam (e representam, atualmente) cerca de 6,3% do conjunto de responsabilidades a pagar anualmente pelo Fundo, cabendo ao Estado pagar 93,7%.

Neste gráfico de barras que exibio, as barras a azul representam as comparticipações dos militares e as barras a vermelho representam a comparticipação do Estado. É insustentável, como se pode ver!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É o legado de Cavaco Silva!

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional**: — Em termos acumulados, nestes 24 anos, as comparticipações dos militares pagaram pouco mais do que um ano destes 24 anos. Herdámos, assim, um fundo completamente descapitalizado, a viver de balões de oxigénio, que eram os adiantamentos feitos pelas finanças que tinham de ser regularizados com vendas de património. E as vendas de património eram feitas à Estamo — Participações Imobiliárias, SA., porque, como ninguém comprava, vendia-se dentro de casa. Era esta a realidade.

Refiro isto para se ver qual é a realidade crua e dura, e todos os militares tinham consciência da necessidade de encerramento deste Fundo. E tanto tinham consciência desta realidade que foram desistindo sucessivamente do Fundo — neste momento, apenas existem 2800 ativos no Fundo.

Portanto, esta é uma realidade incontornável. Os próprios militares não acreditam no seu Fundo...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — No PSD!

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional**: — ... porque apenas 2800 se mantêm no fundo.

Desde então, o Governo procurou soluções. Foram muitos os estudos, foram muitas as soluções encontradas; resolvemos ano a ano, com os Orçamentos rectificativos, regularizámos todas as situações — 2012, 2013 e 2014, está tudo assegurado! — e encarámos o futuro do Fundo.

Qual é a solução encontrada? É uma solução socialmente justa e economicamente equilibrada e sustentável.

Quem ainda não recebe, pode ser reembolsado; quem já recebe, vai continuar a receber. E os herdeiros hábeis da mesma forma: quem não recebe, pode ser reembolsado; quem recebe pode continuar a receber. É uma situação absolutamente justa.

Para responder a três Srs. Deputados, diria que a portaria já foi publicada, no dia 16 de janeiro. Assim, respondo aos Srs. Deputados que me colocaram a questão sobre quais eram os critérios de reembolso.

Esta é uma solução que tem amplo consenso junto dos militares porque, efetivamente, troca o incerto pelo certo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência a Presidente, Maria da Assunção Esteves.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, dispondo de muito pouco tempo, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado: Este Fundo em que a Sr.^a Secretária de Estado acabou de zurzir foi uma invenção do Sr. Prof. Aníbal Cavaco Silva, que deve estar a revolver-se em Belém se, porventura, ouviu a sua intervenção.

O folheto de propaganda do Ministério da Defesa Nacional dizia: «Pelo preço de alguns cafés, você pode garantir a segurança do seu futuro e do futuro da sua família».

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O futuro prometido pelo PSD foi o que se viu — o PSD está agora a extinguí-lo porque é inviável.

Sr.^a Secretária de Estado, nós propomos uma coisa muito simples. A Sr.^a Secretária de Estado diz que há 2800 militares subscritores no ativo. Muito bem, então, dê-lhes a possibilidade de optarem. Em vez de se fazer uma extinção unilateral, diga-se: «Se quiserem, podem continuar a fazer os vossos descontos e terão o vosso complemento de reforma; se quiserem o reembolso, terão o reembolso.»

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que o Governo faz não é isso, é extinguir unilateralmente uma instituição que criou por sua única responsabilidade e decisão.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — A Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional pretende também voltar a intervir.

Tem a palavra, Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Deputado António Filipe, sabe muito bem que este Fundo sofreu sucessivos alargamentos e alterações, que levaram à sua insustentabilidade.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Logo vi!

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional**: — E, se dúvidas houvesse, o gráfico que aqui tenho volta a responder: quem estava no Governo quando houve picos de subida era exatamente o Partido Socialista. E é por estas subidas que o Fundo se torna insustentável e tem um crescimento exponencial da despesa, que é incomportável ser paga com o património.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Peça responsabilidades ao PS, não prejudique as pessoas!

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional**: — É essa insustentabilidade que temos de resolver agora.

Há pouco, ficou por responder uma pergunta colocada pelo Sr. Deputado Miranda Calha.

Sr. Deputado, a nossa relação com as finanças está absolutamente regularizada: primeiro, porque já reembolsámos todas as antecipações; segundo, porque temos verbas no orçamento do Ministério da Defesa para reembolsar os 31 milhões de euros àqueles que vão deixar de fazer parte do Fundo e temos 32 milhões de euros para continuar a pagar àqueles que vão ficar no Fundo.

Ora, isto leva-nos a concluir que a situação é de quase 50-50, ou seja, ficam 13 000 militares no Fundo e saem 15 000.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — No fundo estão todos!

A Sr.^a **Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional**: — Como vê, não há uma extinção, há, de facto, uma transferência de cerca de 50% para a Caixa Geral de Aposentações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr.^a Secretária de Estado.

Srs. Deputados, terminado este debate, passamos ao ponto seguinte da ordem do dia, que consiste na apreciação do projeto de resolução n.º 938/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós (PS). Como sabem, o PS, como autor da iniciativa, dispõe de mais 1 minuto.

Para apresentar este projeto de resolução, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Pedrosa, do PS.

O Sr. **João Paulo Pedrosa** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na apresentação deste projeto de resolução, o Partido Socialista queria saudar muito vivamente a Câmara Municipal de Porto de Mós e a Junta de Freguesia de São Bento pelo carinho e pela defesa que têm colocado na valorização de uma jazida fóssil com mais de 170 milhões de anos, e por isso merecem aqui o nosso reconhecimento.

Não fora este trabalho, este carinho e este empenhamento destas autarquias e, provavelmente, este património natural já estaria todo destruído.

Neste particular andou muito mal o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, que teve uma atuação completamente arrogante, uma atuação sem qualquer tipo de diálogo com as populações e com as autarquias. É inadmissível que, sem estudos técnicos, sem fundamento científico, possa ter procedido à destruição de fósseis marinhos como aqueles que vemos na **imagem** que está a ser projetada.

Ninguém exclui, como é óbvio, que alguns destes fósseis possam ser retirados do seu contexto para serem estudados, mas para isso é preciso haver fundamento e fundamentação técnica e científica, que não existe. Foi com leviandade que o Ministério do Ambiente procedeu à destruição que vemos na imagem.

Portanto, o que está aqui em causa é a preservação, a valorização e a divulgação do património ambiental. Por isso, é de louvar, mais uma vez, a luta das autarquias e da população e devemos corresponder ao apelo que nos fizeram para que os ajudemos a encontrar soluções de diálogo entre os organismos do Estado, que não tem havido.

É por isso que, neste projeto de resolução, o Partido Socialista, para que ainda possamos ir a tempo de salvaguardar aquilo é fundamental no património natural, propõe a esta Câmara três coisas muito simples: em primeiro lugar, a criação de uma comissão de acompanhamento da jazida fóssil da Praia Jurássica de Porto de Mós, nomeadamente com a participação de elementos da administração do Estado, das autarquias e dos meios académicos e científicos; em segundo lugar, o desenvolvimento de um projeto integrado de conservação e valorização do património geonatural de Porto de Mós, salvaguardando a descoberta e o seu contexto de atuação local; e, em terceiro lugar, a ponderação da classificação da Praia Jurássica de São Bento como monumento natural, atenta a singularidade da descoberta e a necessária e desejável proteção desta ocorrência notável do património geológico português.

Aplausos do PS.

Durante a intervenção, foi projetada uma imagem, que pode ser vista no final do Diário.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Valter Ribeiro, do PSD.

O Sr. **Valter Ribeiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para podermos analisar de forma rigorosa o projeto de resolução n.º 938/XII (3.^a), que recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós, é fundamental fazermos uma análise histórica dos factos.

Em 2003, foram encontrados os primeiros achados no âmbito da exploração de uma pedreira localizada em terrenos baldios sob gestão da Junta de Freguesia de São Bento, Porto de Mós. Desde então, esta jazida foi acompanhada pelos técnicos do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, assim como por técnicos da Câmara Municipal de Porto de Mós, curiosamente ambos liderados por pessoas ligadas ao Partido Socialista.

Em 2005, o Parque Natural conclui pela grande importância daquela jazida, datada do Jurássico médio, e informa a Câmara Municipal.

Em 2006, realiza-se, no local, uma reunião com a presença da Câmara Municipal, do INETI, atual Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), e de técnicos do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Desde então, a jazida tem merecido acompanhamento por parte de técnicos e investigadores do Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

Da investigação efetuada por especialistas, a par de um estudo de impacte ambiental das explorações de calçada à portuguesa e de laje do Parque Natural de Serra de Aire e Candeeiros, foi sugerida a retirada dos fósseis, atendendo à sua vulnerabilidade, a fim de serem preservados em lugar próprio e objeto de estudo e conservação, uma vez que a sua manutenção no local torna-os vulneráveis aos agentes, assim como a possíveis atos de vandalismo.

Em 2010, com a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural, é confirmada a importância do local, colocando-o na lista de geossítios, ou seja, locais de importância geológica.

Em 2013, já em fase posterior ao encerramento da pedreira, teve lugar, no local, uma reunião por parte de peritos na matéria, da qual é elaborado um documento que, mais uma vez, realça a importância de se realizar um estudo científico aprofundado, estudo esse só possível com a recolha de alguns exemplares, garantindo-se a sua substituição por réplicas de qualidade.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Muito bem!

O Sr. Valter Ribeiro (PSD): — Pelo que sabemos, todo este processo decorreu com o conhecimento e acompanhamento da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal.

Já em dezembro de 2013, o LNEG pediu autorização ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que este concedeu, para colheita de alguns dos 80 exemplares inventariados, tendo até ao momento retirado dois, tendo também sido dado conhecimento à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, ao contrário do que está descrito no projeto de resolução do PS.

É de realçar a importância dos estudos a realizar para a valorização de toda a jazida e mesmo da região. Estes estudos estão a ser acompanhados por técnicos e cientistas na área da paleontologia, da sedimentologia e da geoconservação.

Passo a referir-me às recomendações do presente projeto de resolução.

Relativamente à primeira recomendação, de constituição de uma comissão de acompanhamento, pensamos não ser a comissão necessária, uma vez que não seria mais do que formalizar a que tem estado a trabalhar na defesa deste espólio jurássico.

Quanto ao segundo ponto, sobre o desenvolvimento de um projeto de conservação e valorização local, acompanhamos a recomendação no essencial, salvaguardando o facto de alguns destes fósseis deverem permanecer num museu local, atendendo à sua possível deterioração, quando existirem condições para tal.

No que se refere ao terceiro ponto do projeto de resolução, salientamos que, embora o local já seja considerado geossítio, deve ser ponderada classificação da Praia Jurássica de São Bento, Porto de Mós, como monumento natural.

Concluindo, acompanhamos parcialmente o presente projeto de resolução, atendendo à importância histórica e ao potencial turístico para a região, não podendo deixar de fazer um reparo quanto à falta de rigor nas críticas imputadas aos organismos competentes neste processo, que não só têm lutado pela conservação e valorização do património como têm colaborado com as entidades locais, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Martins.

A Sr.ª Catarina Martins (BE): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: A remoção por meios mecânicos de fósseis só deve acontecer quando não há nenhuma outra alternativa, porque impede o estudo dos fósseis no seu contexto e impede que se possa ter acesso ao todo do património geológico e natural que eles representam. E é porque os meios mecânicos são sempre a última opção e só quando há um risco muito grave de deterioração dos fósseis se usa a remoção por meios mecânicos que não se consegue perceber

porque é que a atuação do Ministério do Ambiente foi a de fazer exatamente aquilo que não se deve fazer, que só em último caso se faz — a remoção por meios mecânicos.

Ou seja, para que nos entendamos, o que não pode ser feito com fósseis é o que foi feito neste caso. É preciso que não continue assim, é preciso preservar-se os fósseis no espaço onde eles estão, é preciso que seja classificada a Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós, e é preciso que o caso seja acompanhado e estudado.

O Bloco de Esquerda acompanha e saúda o projeto de resolução aqui apresentado. Julgamos ser muito importante colocar no acompanhamento desta situação a ideia do estudo académico, do estudo científico dos fósseis, e julgamos mesmo que se deve propor a sua classificação. Não há grandes dúvidas e, portanto, esse processo deve avançar rapidamente.

O que aconteceu com esta Praia Jurássica deve fazer-nos pensar num problema mais vasto do ponto de vista da legislação que temos em Portugal. A proteção do património paleontológico não está salvaguardada nem legislada, exceto no caso de parques e reservas, e esse é um dos problemas com que nos deparamos num País em que há tantos fósseis, em que há uma riqueza tão grande e onde tem existido permanentemente quase um saquear de fósseis, que prejudica a investigação científica e o acesso ao património natural e geológico.

Portanto, julgo que não só é importante aprovar este projeto de resolução como também que seria tempo de aqui, na Assembleia da República, nos debruçarmos sobre as falhas de legislação nesta matéria.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago, do PCP, para uma intervenção.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, gostaria de saudar o Partido Socialista pela apresentação do projeto de resolução sobre a preservação e salvaguarda da Praia Jurássica recentemente identificada em Porto de Mós.

Sobre esta questão, para o PCP é importante referir — e agradeço ao PSD a cronologia que aqui nos trouxe dos acontecimentos e das diligências já tomadas pelas instituições — que não cabe nem à Assembleia da República nem aos Deputados determinarem aquilo que deve ou não deve ser classificado do ponto de vista do seu interesse cultural ou científico, todavia é justo que esta Assembleia intervenha para salvaguardar o cumprimento da lei e para salvaguardar o património sempre que estejam ameaçados. Por isso mesmo, sobre esta matéria, é importante garantir que a preservação do património e mesmo o seu estudo sejam realizados de acordo com as necessidades.

Não temos aqui instrumentos — pelo menos o PCP não tem — para dizer se o contexto permitia ou não o estudo *in situ*. Sabemos que esse estudo é desejável, mas não sabemos qual o contexto com que foram confrontados os profissionais do LNEG ao chegarem ao local e ao verificarem a ausência ou a presença de condições para o fazerem.

É também prudente que nos abstenhamos de fazer comentários sobre o cuidado e o brio profissional dos que terão levado ou que estão a levar a cabo o estudo deste património. No entanto, é justo dizer que estes profissionais do LNEG e no ICNF trabalham em condições que carecem de melhorias urgentes. É justo dizer que o fazem com poucos recursos, com poucos meios para se deslocarem ao território, para estarem lá presentes, e é justo dizer que o fazem num contexto de desvalorização do seu trabalho e com cada vez menos colegas para trabalhar e para realizarem essa tarefa com as devidas salvaguardas do interesse da população local e da própria preservação do bem em causa, neste caso paleontológico, devidamente previsto na Lei de Bases do Património Cultural.

Acompanhamos, no essencial, o projeto de resolução do Partido Socialista, mas não sem fazermos estas críticas ao seu preâmbulo e à sua exposição de motivos e com algum distanciamento sobre a forma como é julgada ou mostrada, através de fotografias, a adequação ou não da remoção, que é um instrumento que pode ser utilizado — os técnicos, no local, terão sabido julgar.

Não há nenhum impedimento para que a autarquia não possa acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos pelas instituições competentes, mas é importante não confundir que quem tutela o património

paleontológico não são as autarquias, em primeira instância, sendo isso importante para a salvaguarda do próprio património.

Aliás, só pode haver mais-valia no desenvolvimento de um projeto integrado se se ajustar à identificação, inventariação e eventual classificação daquele património, que é, do nosso ponto de vista, um critério essencialmente científico, e a ponderação da classificação decorre da aplicação da lei, que esperamos que o Governo respeite, ao contrário do que faz em relação a outros casos. É bom que se diga que o Governo tem pouco respeito pela Lei de Bases do Património Cultural e que o PS faz bem em chamar a atenção para que o Governo a cumpra neste caso, porque é importante.

Não temos, até agora, indicação de que o Governo não a esteja cumprir, mas com este Governo fica sempre bem avisar, antes que se concretize o ilícito, como se veio a verificar em relação a outros casos — ainda há pouco tempo discutimos as obras de Miró, por exemplo.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Isaac, do CDS-PP.

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O projeto de resolução apresentado hoje pelo PS, que recomenda ao Governo medidas de proteção e de valorização da Praia Jurássica de S. Bento, em Porto de Mós, é um bom exemplo de uma iniciativa em que a demagogia desvirtua a realidade dos factos e passa uma imagem errada sobre a forma como o Governo tem gerido o património geonatural do País.

Senão, vejamos: se tivessem consultado a Sr.^a Diretora do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, Dr.^a Maria de Jesus, uma ilustre socialista, talvez não tivessem usado essa demagogia e talvez tivessem tomado conhecimento do acompanhamento que tem sido feito tanto pela autarquia como pela Junta de Freguesia de S. Bento.

Mas vamos aos factos e aos esclarecimentos que corrigem a exposição de motivos deste projeto de resolução.

Os primeiros achados foram encontrados em 2003 e, desde essa data, a jazida foi acompanhada de perto pelos técnicos do Parque Natural de Serras de Aire e Candeeiros e da Câmara Municipal e não apenas por estes últimos, como refere o projeto do PS, no âmbito do regime jurídico de pesquisa e de exploração de massas minerais pedreiras.

Desde então, e até à data, tem sido desenvolvido um acompanhamento de monitorização permanente dessa jazida. Vai havendo pareceres de especialistas e investigadores do INETI/LNEG, mas destaco um parecer de um especialista do Museu de História Natural de Londres, o Sr. Prof. Andrew Smith, que evidencia a raridade e o extraordinário interesse patrimonial do achado.

No contexto destas visitas técnicas realizadas à pedreira, em julho de 2006 verificou-se que a exploração de inertes apresentava várias escombreyas espalhadas sobre a laje, com fósseis que apresentavam sinais de degradação por exposição aos agentes de erosão físicos e químicos, bem como à maquinaria que laborava na pedreira.

Assim, na sequência dessa visita, sustentada pelo estudo de impacte ambiental realizado às explorações de calçada portuguesa e outras mais do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, que inclui a pedreira de Cabeço da Ladeira, foi emitida para esta exploração uma declaração de impacte ambiental em 20 de março de 2007, onde consta que, devido à vulnerabilidade dos fósseis, os mesmos deverem ser retirados, a fim de serem preservados em lugar próprio e objeto de estudo e de conservação, uma vez que a sua conservação *in situ* os torna vulneráveis à ação dos agentes e materialização de possíveis atos de vandalismo.

Mais uma vez o PS demonstra não se ter informado convenientemente quando refere, no seu projeto, que a retirada de alguns exemplares de fósseis foi feita sem qualquer diálogo com as autarquias envolvidas, designadamente tratando-se mesmo de um verdadeiro atentado ao património geonatural.

Precisamente para salvaguardar e preservar este legado cultural, agiu-se em conformidade com a referida declaração de impacte ambiental.

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O Sr. **Manuel Isaac** (CDS-PP). — Atentado ao património seria, sim, incumprir a imposição determinada por essa via. É essa a posição do PS?

Assim, relativamente aos trabalhos de remoção e de colheita de alguns exemplares de fósseis inventariados, o ICNF emitiu o respetivo parecer favorável, tendo sido dado conhecimento do mesmo à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia.

Estes são os factos inegáveis que evidenciam a importância geológica e cultural destes achados, sobre os quais o Governo tem conduzido um processo de forma responsável, séria, com o envolvimento de todos, entre os quais a administração local e, acima de tudo, com respeito pelas regras e procedimentos consagrados na legislação que regulamenta esta matéria.

Relativamente às recomendações do projeto, iremos aprovar os pontos 2 e 3, mas rejeitaremos o ponto 1, que recomenda a criação de uma comissão de acompanhamento da jazida fóssil, uma vez que estão reunidos e garantidos os meios técnicos, humanos, científicos e académicos, através da participação de entidades da administração central e local, bem como da Academia, através da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, por um especialista neste tipo de fósseis da Universidade de Bristol, e da representação portuguesa da ProGEO, Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma nova intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Pedrosa, do PS.

O Sr. **João Paulo Pedrosa** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: As intervenções, quer do PSD, quer do CDS, são a confissão da justeza da nossa proposta e de que nós temos razão. Quem é que pode ter medo de uma comissão de acompanhamento constituída pelos órgãos do Estado, pelas autarquias locais e pelos organismos científicos?

Vou, depois, distribuir aos Srs. Deputados um memorando que foi elaborado pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia justamente a queixarem-se dessa falta de diálogo e dessa falta de colaboração e a pedirem a intervenção da Assembleia da República para a resolução deste problema.

Se a maioria faz voz do que são as convicções dos organismos do Estado, se nós fazemos voz do que são as preocupações e as queixas da Câmara Municipal, então é justamente esse o fundamento da nossa proposta: aproximar o que são as razões dos organismos do Estado às posições da Câmara Municipal, criando uma comissão de acompanhamento.

Por isso, apelo mais uma vez aos partidos da maioria para que correspondam ao que são as preocupações da Câmara Municipal e dos organismos do Estado, criando uma comissão onde possam estar integrados e a dialogar, a bem da preservação do património natural. Se não o fizerem, estão a dar razão e a fazer justiça à nossa proposta, independentemente do vosso voto.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, está concluído o debate do projeto de resolução n.º 938/XII (3.^a).

Segue-se na ordem do dia o projeto de lei n.º 516/XII (3.^a) — Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes).

A este projeto de lei não foram atribuídos tempos para discussão, mas, se os Srs. Deputados mo permitirem, gostaria de deixar duas notas sobre esta iniciativa.

Devemos saudar o facto de o Parlamento experimentar, num trabalho de grupo intenso, com o acompanhamento de todos os grupos parlamentares, um processo de consolidação legislativa.

Com este trabalho, conseguiu-se hoje apresentar ao Plenário uma lei que consolida toda a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde, reunindo, assim, legislação dispersa, corrigindo alguns problemas e permitindo que os operadores jurídicos, a saber os cidadãos, a Administração e os juizes, tenham a vida mais facilitada no futuro sobre esta matéria.

É um trabalho que dá os primeiros passos, que tem o contributo unânime e empenhado de todos os grupos parlamentares e que pode ser o início de uma reforma audaz na simplificação legislativa que todos pretendemos.

Por isso, saúdo a boa vontade dos Srs. Deputados em encetar esta experiência, que começa a ter o primeiro sucesso, sublinho o orgulho que partilho com todos vós de o conseguirmos e anuncio que o grupo de trabalho se prepara já para consolidar legislação sobre emigração, legislação eleitoral, Código da Publicidade e financiamento dos partidos políticos. É um trabalho que será, a médio prazo, notável.

Srs. Deputados, passamos ao projeto de resolução n.º 952/XII (3.ª) — Honras de Panteão Nacional a Sophia de Mello Breyner Andresen (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes).

Como previsto, cada grupo parlamentar dispõe de 2 minutos para intervir.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Poderia Sofia de Mello Breyner ficar refém do apelo irrecusável do mar e do jardim, distanciada da cidade e do tempo.

Afinal, como confessa, começou a escrever numa noite de primavera, numa noite de junho e de vento leste.

Só que essa noite de vento leste juntava à consciência do êxtase a do pânico.

E na vida preenchida de Mulher, Mãe e Poeta, percebeu que a sua escrita tinha outra função maior e mais nobre, se outra função mais nobre existe que a invenção do poema.

Seria essa a de despertar a exaltação dos princípios, de sobressaltar o deserto do pensamento, de afirmar e de descobrir outra realidade possível.

Rigorosa, profunda, envolvente, era a sua voz poética.

Tanto bastava para garantir aos seus textos uma vida eterna.

Este compromisso fez nascer os outros.

Via e não virava a cabeça.

Ouvia e não fazia de conta.

Lia e não calava.

Não podia ignorar.

E daí a consciência do que não queria, do que não lhe servia, do que não lhe bastava.

E a exigência manifesta do repúdio pela ausência e pela desistência.

«Quando a Pátria que temos não a temos/Perdida por silêncio e por renúncia/Até a voz do mar se torna exílio/E a luz que nos rodeia é como grades.»

Restava afrontar e romper as grades e recuperar a Pátria com a voz, a palavra e os atos.

E foi aqui que Sofia de Mello Breyner, com a serenidade da convicção, o equilíbrio da intervenção e a justa medida da inteligência projetou a força do seu próprio pensamento.

Tentando sempre, insistindo sempre...

Desde a participação nos movimentos dos católicos politicamente empenhados, à assunção de responsabilidades nas organizações da oposição ao regime.

No amoroso exílio da voz do mar e na doce prisão da sua luz.

Por isso foi seu o dia que chegou, enfim.

«Esta é a madrugada que eu esperava/O dia inicial inteiro e limpo...»

Aqui chegados, foi o tempo da participação nesta Assembleia, o tempo de viver a liberdade como poema construído e de fazer o balanço entre aquilo que se quis e aquilo que se conseguiu, ou de fazer a constatação das oportunidades perdidas.

Para concluir, como nas navegações, navegamos sem o mapa que fazemos.

Depois de tudo quanto foi escrito sobre Sophia, depois de se avaliar a dimensão da sua obra, depois de todos os prémios que justamente recebeu, percebe-se que uma outra coisa falta. E essa não é senão a entrada no local sagrado onde reside a memória do povo identificada em quem assumiu por inteiro a Pátria.

Esta é a homenagem que faltava, a justiça que tardou, o gesto que, regressando à força das suas palavras, recusa a noite e o silêncio para permitir habitar, definitivamente livre, a substância do tempo.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, pelo CDS-PP, a Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nascida no Porto, a 6 de novembro de 1919, a escritora Sophia de Mello Breyner Andresen marcou, de forma ímpar, a literatura portuguesa. Obras poéticas como *O nome das coisas* e *Ilhas* ficarão para sempre inscritas na nossa memória coletiva, assim como os *Contos Exemplares* ou *Histórias da Terra e do Mar*. Também os seus livros infantis, como *A Menina do Mar* ou *A Fada Oriana*, obras excecionais, cedo fizeram com que gerações de portugueses se revissem e se inspirassem com a sua forma de escrever: um estilo inovador e muito à frente no seu tempo.

Mulher de fortes convicções políticas foi também Deputada à Assembleia Constituinte, onde deu o seu contributo para a transição democrática, mas foi às letras que dedicou a vida, e o justo reconhecimento do valor literário das suas obras sempre a acompanhou. Foi distinguida com vários galardões, o primeiro dos quais o Grande Prémio de Poesia, pela Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1964. Em 1999, foi a primeira mulher a receber o Prémio Camões, o mais importante galardão literário da língua portuguesa e, em 2003, foi ainda distinguida com o Prémio Rainha Sofia de Poesia Ibero-Americana.

Sophia de Mello Breyner Andresen nasceu portuguesa, mas aquilo que criou é universal. A exatidão com que escreveu a beleza das coisas simples tornou-a numa das maiores figuras da literatura portuguesa. Por isso, acreditamos que a trasladação de Sophia de Mello Breyner Andresen para o Panteão Nacional é a melhor forma de o País lhe prestar o contributo merecido e assim honrar o seu legado.

Diz a lei que as honras de Panteão destinam-se a homenagear e a perpetuar a memória dos cidadãos portugueses que se distinguiram por serviços prestados ao nosso País no exercício de altos cargos públicos, altos serviços militares, na expansão da cultura portuguesa, na criação literária, científica e artística ou na defesa dos valores da civilização em prol da dignidade da pessoa humana e da causa da liberdade. É por cumprirem estes critérios que no Panteão Nacional repousam algumas das nossas maiores figuras, como Almeida Garrett, Guerra Junqueiro ou Amália Rodrigues. Nós acreditamos que Sophia de Mello Breyner Andresen tem esta dimensão. De resto, que essa trasladação ocorra 10 anos após o seu falecimento permite-nos tornar esta homenagem ainda mais justa e apropriada.

Sophia de Mello Breyner Andresen faleceu em julho de 2004, sabendo que os portugueses lhe estavam gratos.

Este é, pois, o momento, de, fazendo justiça a esta gratidão que sentimos, levarmos a poetisa a repousar no Panteão Nacional, onde só há espaço para os que como ela são maiores do que a vida, pois, como escreveu Sophia de Mello Breyner Andresen «as coisas que passam ficam para sempre numa história exata».

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Sophia é uma pessoa de nome feliz porque, nomeada pelo saber, aleou o saber aos sentidos. E foi a poeta, como ela gostava de se chamar, da natureza, gémea da natureza, gémea do mar, fez as cantatas do mar, tem, acerca disso, um versejar que é quase telúrico, que vem de dentro, que vem da natureza.

É a poeta que aqui homenageamos, mas é também a pessoa de atitude cívica, aliás, aquela que conheci primeiro, cantada «porque os outros se mascaram mas tu não», cantava Francisco Fanhais, «porque os outros têm medo mas tu não».

Tudo isso marcou a minha geração e uma forma de lutarmos pela liberdade, cuja definição ela tirou do sentido material do tempo e quis imprimi-lo, decalcou em todos nós qualquer coisa de cidadania que está emprestada nesta Sala e que vem de Sophia, como veio de tanta outra sabedoria que aí se juntou.

Mas, para além disso tudo, temos agora o reconhecimento de uma constituinte de 1976, de uma daquelas que aprovaram o texto mais admirável deste Parlamento no século passado e que será, seguramente, o ponto de partida de novas poesias, de novas atitudes cívicas, de novos impulsos da democracia.

A Sophia, o nosso muito e muito obrigado.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, pelo PS, o Sr. Deputado Marcos Perestrello.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este ano, em 2014, passam 10 anos sobre a morte de Sophia de Mello Breyner Andresen e celebram-se os 40 anos da Revolução do 25 de Abril.

A convergência destas duas datas dá-nos a ocasião certa, diria perfeita, para, homenageando Sophia, evocarmos aquilo que no 25 de Abril é mais inspirador e mais perene: a força original e criadora do reencontro de um povo com a sua liberdade e com a esperança numa vida melhor e num País mais justo.

Foi Sophia quem, falando desses dias exaltantes, deu a Maria Helena Vieira da Silva o mote «A poesia está na rua», a partir do qual a grande pintora criou o belíssimo cartaz que se tornou numa das imagens que a Revolução deu ao futuro.

Foi Sophia quem escreveu o poema *25 de Abril*, que se constituiu como um dos textos simbólicos da nossa democracia, tantas vezes citado nesta Assembleia e hoje inscrito na fachada do Quartel do Carmo: «Esta é a madrugada que eu esperava / o dia inicial, inteiro e limpo / onde emergimos da noite e do silêncio / e livres habitamos a substância do tempo».

Em Sophia de Mello Breyner Andresen a poesia e a vida são inseparáveis. Como na sua obra, Sophia pôs na sua vida uma fidelidade desassombrada, essencial à liberdade e à justiça; lutou contra a opressão com uma resistência e uma dignidade exemplares.

Pertencendo ao grupo que ficou conhecido como dos Católicos Progressistas, reafirmou a incompatibilidade radical de um regime político que negava a dignidade da pessoa humana e mantinha uma guerra colonial com o cristianismo, que essa ditadura invocava como caução e suporte. A propósito disso, Sophia falou de pecado organizado. A sua Cantata da Paz «Vemos, ouvimos e lemos / não podemos ignorar», tornou-se um hino de denúncia e acusação.

Depois do 25 de Abril, nunca deixou de estar presente onde o nosso destino comum estava em causa. Foi Deputada à Assembleia Constituinte, interveio política e culturalmente com lucidez. Nos jornais, em campanhas eleitorais, nas associações de escritores esteve presente com clareza, sem cedências nem ambiguidades.

Em Sophia, a poesia não se opunha à política, porque para ela a poesia é uma inteireza e a política uma consciência. Ambas são uma relação justa e verdadeira com as coisas e os homens; é nos tempos duros e difíceis que devemos dar aos símbolos a força de um reencontro com o que fomos, o que somos e o que queremos ser. É nestes momentos que a democracia deve procurar vigor nos grandes exemplos, nas grandes mensagens, nas grandes obras, nas grandes vidas. O Panteão Nacional é o templo cívico da memória e do exemplo; ali se projetam a História, os seus acontecimentos e figuras.

A dimensão humana de Sophia de Mello Breyner Andresen, a importância da sua obra, do seu pensamento e da sua vida levam-nos a subscrever e a apoiar esta iniciativa parlamentar, capaz de honrar Sophia, capaz de honrar o 25 de Abril e capaz de honrar a liberdade, como momento de reconhecimento do progresso e do desenvolvimento que a democracia nos trouxe.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, pelo PCP, o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Sophia de Mello Breyner Andresen alcançou com o verbo uma dimensão que vai além daquela que possamos expressar, ou mesmo escrever, como na justíssima exposição de motivos do projeto de resolução que todos os grupos parlamentares subscrevem e agora votam.

A poeta elevou as palavras à altura da mais essencial poesia. Num espaço próprio de teor vibrante, numa forma clássica, criou alguns dos mais belos versos da história da literatura portuguesa e ilustrou com o seu próprio sopro artístico o momento maior da história contemporânea do nosso povo, o 25 de Abril de 1974

como, aliás, já foi citado. Foi uma construtora de Abril, também pela sua intervenção enquanto católica, ao subscrever o protesto dos católicos que denunciava a cumplicidade entre as cúpulas da Igreja e a ditadura fascista, bem como no movimento associativo, na Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos.

Sophia de Mello Breyner Andresen tem uma expressão poética que ultrapassa a inteligência e a racionalidade e isso talvez seja a tradução da forma como até si lhe chegou a voz dessa arte irreprimível, e cito: «(...) Eu era tão nova (...) que nem sabia que os poemas eram escritos por pessoas; (...) pensava também que se conseguisse ficar completamente imóvel e muda em certos lugares mágicos do jardim, eu conseguiria ouvir um desses poemas que o próprio ar continha em si. No fundo, toda a minha vida tentei escrever esse poema imanente (...)».

Sophia conseguiu versos puros que transcendem o sujeito e o objeto. Além do generoso e fundo contributo que entregou a quem a leu, lê e lerá e do contributo criativo que deu a todos quantos, após Sophia, escrevendo contemplam os seus versos, Sophia encontra-se entre os poucos portugueses que preenchem a plenitude dos critérios que justificam as honras de Panteão: foi Deputada à Assembleia Constituinte; difundiu e expandiu a cultura portuguesa; distinguiu-se e foi distinguida na criação artística e literária e na defesa, tantas vezes parte da sua vida, do ser humano e da liberdade, antes e depois da Revolução.

A sua poesia, mais do que um valor humano, assume-se como um valor plenamente social, que integra o património cultural português e o honra, na senda dos seus maiores poetas. E se é injusto destacar um texto, destacamos apenas *Pátria*, a raiz, que é agora também portadora das imensas raízes que Sophia de Mello Breyner Andresen felizmente nos deixou.

A quem reconheceu a Pátria como física — pedra, rio, vento, casa —, mas também reconheceu a Pátria como humana, como outros não fazem — pranto, dia, canto, alento —, devemos retribuir com a honra reconhecida mas, essencialmente, com a libertação da sua arte e daqueles que hoje em Portugal, sendo homens e mulheres da poesia, veem vedado o caminho a terem o seu trabalho valorizado.

Também para que a obra de Sophia de Mello Breyner Andresen contribua para a valorização da arte e da cultura, no presente e no futuro, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português associa-se a esta homenagem do reconhecimento de honras de Panteão a Sophia de Mello Breyner Andresen.

Aplausos gerais.

A Sr.^a **Presidente**: — Gostaria de juntar às declarações dos grupos parlamentares a manifestação do meu grande orgulho por esta iniciativa.

Passamos, agora, às votações e pedia a todos que se registassem.

Pausa.

Enquanto os Srs. Deputados procedem ao registo eletrónico, vou dar a palavra à Sr.^a Secretária, Deputada Maria Paula Cardoso, para fazer um anúncio à Câmara.

A Sr.^a **Secretária** (Maria Paula Cardoso): — Srs. Deputados, é para informar a Câmara que o Decreto-Lei n.º 166-A/2013, de 27 de dezembro, que procede à alteração do regime dos complementos de pensão dos militares das Forças Armadas, à transferência da responsabilidade pelo pagamento destes complementos de pensão para a Caixa Geral de Aposentações, IP, e à fixação das regras de extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas [apreciação parlamentar n.º 73/XII (3.ª) (PCP)], baixa à Comissão de Defesa Nacional, juntamente com as propostas de alteração apresentadas pelo PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, o quadro eletrónico regista 208 presenças, às quais se somam 3, sinalizadas à Mesa, dos Srs. Deputados Jorge Paulo Oliveira e José Manuel Canavarro, do PSD, e Filipe Neto Brandão, do PS, o que perfaz 211 Srs. Deputados presentes, pelo que temos quórum de deliberação.

Começamos por votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 204/XII (3.ª) — Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e de Os Verdes e abstenções do BE e da Deputada do PS Isabel Oneto.

Este diploma baixa à 1.^a Comissão.

Passamos à votação do requerimento, apresentado pelo PCP, BE e Os Verdes, solicitando a baixa à Comissão de Saúde, sem votação, pelo prazo de 15 dias, para efeitos de avaliação da preparação de um único texto, relativo aos projetos de resolução n.ºs 948/XII (3.^a) — Pela manutenção e o adequado funcionamento dos Hospitais Distrital de Águeda e Visconde de Salreu (Estarreja) (Os Verdes), 950/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo a manutenção do Hospital Distrital de Águeda (PCP) e 951/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo a manutenção da gestão pública do Hospital Distrital de Águeda (BE).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do projeto de resolução n.º 938/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós (PS).

O PSD e o CDS-PP solicitam a votação separada do ponto 1, podendo depois votar-se, em conjunto, os restantes pontos.

Vamos, então, votar o ponto 1 do projeto de resolução.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Votamos, agora, votar os pontos 2 e 3 do projeto de resolução.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Passamos à votação, na generalidade, na especialidade e final global, do projeto de lei n.º 516/XII (3.^a) — Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votamos, a seguir, o projeto de resolução n.º 952/XII (3.^a) — Honras de Panteão Nacional a Sophia de Mello Breyner Andresen (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Procedemos, agora, à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo à proposta de lei n.º 146/XII (2.^a) — Aprova a Lei da Investigação Clínica.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e de Os Verdes e a abstenção do BE.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Peço a palavra, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, é só para anunciar que, sobre esta votação, o Grupo Parlamentar do PCP irá apresentar uma declaração de voto.

A Sr.^a **Presidente**: — Fica registado, Sr.^a Deputada.

Passamos à votação final global do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, relativo à proposta de lei n.º 79/XII (1.ª) — Define as Bases da Política de Ambiente.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Vamos, agora, proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à proposta de lei n.º 187/XII (3.ª) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do PCP e de Os Verdes e a abstenção do BE.

A Sr.ª **Cecília Honório** (BE): — Peço a palavra, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Cecília Honório** (BE): — Sr.ª Presidente, é para anunciar que apresentaremos uma declaração de voto sobre esta votação.

A Sr.ª **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Peço a palavra, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.ª Presidente, é também para anunciar que entregaremos uma declaração de voto sobre esta votação.

A Sr.ª **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Temos ainda de votar um parecer da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, que a Sr.ª Secretária, Maria Paula Cardoso, vai fazer o favor de ler.

A Sr.ª **Secretária** (Maria Paula Cardoso): — Sr.ª Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do 3.º Juízo de Competência Cível do Tribunal Judicial de Oeiras, Processo n.º 817/08.8TVLSB, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado João Rebelo (CDS-PP) a intervir no âmbito dos referidos autos.

A Sr.ª **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária realiza-se na quarta-feira, dia 26, com início às 15 horas e a seguinte ordem do dia: discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 200/XII (3.ª) — Regula a base de dados e os dados pessoais registados objeto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da atividade de segurança privada aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio; discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 201/XII (3.ª) — Procede à quarta alteração à Lei n.º 24/96, de 31 de julho, que estabelece o regime legal aplicável à defesa dos consumidores, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2011, relativa aos direitos dos consumidores; discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 202/XII (3.ª) — Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de auditor de segurança rodoviária, de emissão dos respetivos títulos profissionais e de acesso e exercício da atividade de formação profissional dos auditores, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.

Haverá, ainda, lugar à discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 203/XII (3.ª) — Estabelece o regime de acesso e de exercício da profissão de podologista, com ou sem fins lucrativos, bem como da emissão do respetivo título profissional, seguindo-se a apreciação conjunta, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 504/XII (3.ª) — Altera o Código Penal, autonomizando o crime de mutilação genital feminina (BE) e 515/XII (3.ª) — Procede à 31.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criando o crime de mutilação genital feminina (CDS-PP).

Resta-me desejar ao PSD um congresso feliz e a todos um muito bom fim de semana.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 7 minutos.

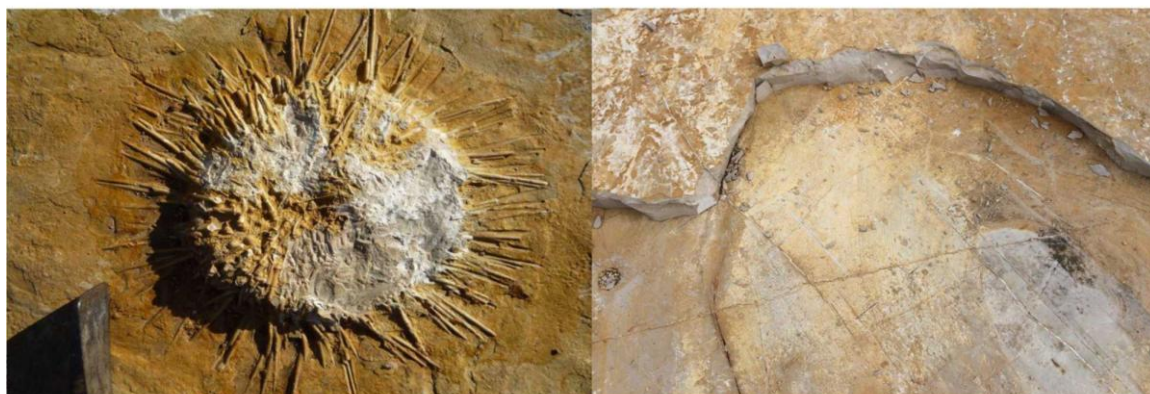
Imagem projetada pelo Deputado do PS João Paulo Pedrosa no decurso da intervenção que proferiu no início do debate do projeto de resolução n.º 938/XII (3.ª).

[Imagem — voltar](#)



Projeto de Resolução n.º 938/XII/3.ª

Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós



ANTES

DEPOIS

Declarações de voto enviadas à Mesa, para publicação

Relativa ao texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, sobre a proposta de lei n.º 146/XII (2.^a):

Na abordagem das matérias associadas à investigação clínica, importa ter em conta três considerações prévias que nunca poderão ser ignoradas e desrespeitadas:

1 — A dignidade e os direitos das pessoas que participam em projetos de investigação clínica. Na nossa perspetiva, as pessoas são o elemento central de qualquer investigação clínica; e nada, nem nenhum interesse pode sobrepor-se aos interesses individuais de cada participante.

2 — Qualquer investigação clínica só se deve realizar se conduzir à aquisição de conhecimento. De outro modo, não há qualquer legitimidade para a sua realização em pessoas.

3 — Os estudos clínicos devem integrar-se numa estratégia definida pelo Governo para a investigação clínica, que vá ao encontro dos interesses e necessidades do Serviço Nacional de Saúde e dos utentes.

Estas considerações não estão devidamente salvaguardadas no texto final que resultou da discussão, na especialidade, da proposta de lei n.º 146/XII (2.^a), que aprova a lei da investigação clínica.

Numa abordagem geral, o processo de discussão de especialidade não alterou substantivamente a proposta de lei n.º 146/XII (2.^a), mantendo-se no essencial os pressupostos iniciais. Esta proposta de lei foi construída para dar resposta aos interesses da indústria farmacêutica e não para responder às prioridades e às necessidades de investigação clínica no Serviço Nacional de Saúde.

O texto final, no seu objeto, propõe abranger toda a dimensão da investigação clínica, mas na prática só se debruça sobre os ensaios clínicos, inclusivamente, reduzindo a investigação clínica àquela que é orientada pela indústria farmacêutica. Os ensaios clínicos são somente um dos aspetos da investigação clínica. Os estudos observacionais, os estudos desenvolvidos por instituições de ensino superior, por estabelecimentos de saúde do Serviço Nacional de Saúde ou por laboratórios de Estado são remetidos para segundo plano. Não há um tratamento específico para a investigação clínica promovida pelo investigador a título individual.

Refere-se a participação das pessoas nos ensaios clínicos como um grande benefício para os próprios, porque podem ter acesso a medicamentos inovadores. Nunca se refere os riscos que estão subjacentes a essa participação. Não se pode ignorar que um ensaio clínico envolve a experimentação de medicamentos, portanto, o ensaio pode correr bem ou pode correr mal. É errado transmitir uma ideia de que há um benefício para os participantes, quando não há nenhuma garantia desse benefício e quando, inclusivamente, pode provocar danos do ponto de vista da saúde do participante.

A realização de ensaios clínicos também não constitui nenhum ato de bondade da indústria farmacêutica. A sua área de negócio é a comercialização de medicamentos e como tal precisa de realizar os ensaios clínicos para poder ter novos «produtos». Obviamente que é necessário a inovação e a investigação de novos medicamentos. O problema reside no facto de o Estado português estar completamente refém da investigação privada, porque a investigação pública é muito incipiente.

No texto final, mantêm-se as normas que excecionam alguns requisitos para as pessoas participarem em estudos clínicos. Mesmo que essas exceções sejam fundamentadas e decididas por uma Comissão de Ética, na nossa opinião, consagra uma desproteção das pessoas que participam em ensaios clínicos. O facto de prever a possibilidade de excecionar requisitos como o seguro ou obtenção do consentimento informado como previsto na lei.

São determinadas um conjunto de competências para a Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC) que extravasam muito o âmbito desta Comissão. A CEIC deveria manter as suas atuais competências, associadas aos ensaios clínicos. A CEIC ficou ainda com a competência de coordenar a Rede Nacional de Comissões de Ética, menorizando as comissões de ética para a saúde.

A criação da rede nacional de comissões de ética é positivo, no entanto o modelo de organização e de funcionamento não valoriza as comissões de ética para a saúde. Tal como afirma a Comissão Nacional para a Ética das Ciências da Vida, no seu parecer 75/CNECV/2013, que citamos: «Esta criação repousa contudo numa grande ambiguidade, que o Legislador deve clarificar. Com efeito, a proposta de lei tem por objeto a investigação clínica, os estudos e os ensaios clínicos. Mas a competência das CES abrange uma multiplicidade de problemáticas e assuntos que não dizem respeito às investigações clínicas. Desse modo, como é possível constituir uma RNCES a partir de uma proposta de lei que se limita à investigação clínica? Apesar de muitas alíneas do referido Artigo que não ignoram esta situação, esta criação de uma RNCES, em

virtude do teor da Proposta na qual é plasmada, deixa, implicitamente entender que a investigação clínica é o assunto central das CES; a presença nesta RNCES da CEIC, assumindo esta um papel centralizador relativamente à investigação clínica, reforça esta presunção, o que não devia ser o caso. Com efeito, este normativo altera as competências da CEIC e a sua relação com as CES.»

A presente proposta menoriza o papel das comissões de ética para a saúde e descarateriza a sua essência enquanto representante dos valores e de culturas específicas das instituições e das comunidades onde estas se inserem. Despersonaliza, desta forma, a relação entre os investigadores, as instituições e a comunidade que eles representam. Por outro lado, ao criar e fomentar uma rede que persegue uma orientação única e exclusiva, descarateriza, menoriza, desinteressa-se, despreza os valores e a cultura das instituições de saúde, a sua humanização e a promoção da bioética, na sua vertente assistencial.

Em suma, o texto final da proposta de lei n.º 146/XII (2.ª) não defende os interesses do Serviço Nacional de Saúde, nem dos utentes.

Por estes motivos, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português votou contra o texto final relativo à proposta de lei n.º 146/XII (2.ª).

As Deputadas do PCP, *Paula Santos — Carla Cruz*.

Relativas ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sobre proposta de lei n.º 187/XII (3.ª):

Em votação final global, o Grupo Parlamentar do PCP manteve o voto contra a proposta de lei n.º 187/XII (3.ª), que procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho.

O PCP reconhece e regista positivamente a abertura manifestada pelo Governo e pela maioria na aceitação de algumas propostas apresentadas na especialidade pelos grupos parlamentares dos partidos da oposição, que permitiu, designadamente, que as propostas do PCP de reconhecimento legal expresse do papel do Conselho Português para os Refugiados tenham sido aprovadas, o que constitui motivo de congratulação. São também de registar positivamente alguns melhoramentos introduzidos no regime de recurso judicial de decisões tomadas no âmbito dos procedimentos administrativos relativos à concessão do direito de asilo.

Porém, as alterações introduzidas não alteram a matriz profundamente negativa que enforma o regime legal de asilo em Portugal, na sequência, aliás, da evolução negativa que a regulação desta matéria tem vindo a registar ao nível da União Europeia a partir do início dos anos 90. Toda a legislação que tem vindo a ser produzida em matéria de direito de asilo aponta para a consagração de mecanismos expeditos de recusa da admissibilidade dos pedidos de asilo, impedindo a apreciação concreta dos seus fundamentos, nos quais os critérios de política externa prevalecem sobre os critérios de defesa dos direitos humanos concretamente em causa.

Perante o agravamento da situação humanitária em vastas regiões do mundo, no qual as posições da União Europeia assumem pesadas responsabilidades, e que se traduz no aumento das situações suscetíveis de justificar um acréscimo significativo de pedidos de asilo a países europeus, a evolução legislativa ao nível europeu tem sido marcada sobretudo por objetivos de dissuasão do acréscimo de pedidos de asilo, através da adoção de mecanismos expeditos de indeferimento administrativo.

Assim, a par de um discurso de defesa retórica dos direitos humanos, assistimos a uma prática que visa sobretudo afastar os requerentes de asilo dos países da União Europeia.

Nestes termos, o PCP entende manifestar, através do voto contra, a sua profunda dissociação dos rumos seguidos pela legislação nacional em matéria de direito de asilo.

O Deputado do PCP, *António Filipe*.

A abstenção do Bloco de Esquerda funda-se, em primeiro lugar, nas dúvidas subsistentes quanto à necessidade de alterar o quadro legal vigente, internacionalmente reconhecido e valorizado, e quando as Diretivas em causa antecipavam a possibilidade de preservação de legislação nacional mais favorável.

Em todo o caso, sublinhamos o esforço efetuado no debate na especialidade, que deu origem a uma profunda alteração da proposta de lei, com o acolhimento de contributos de todos os grupos parlamentares, nomeadamente do Bloco de Esquerda, e no sentido de a ajustar às necessidades efetivas destas pessoas, do reconhecimento dos seus direitos e da rica experiência das organizações que junto delas intervêm como o Conselho Português para os Refugiados.

Neste contexto, operaram-se melhorias assinaláveis: o Conselho Português para os Refugiados mantém as suas atribuições de garantia dos direitos dos requerentes de proteção internacional; o efeito suspensivo dos recursos permanece em situações relevantes, contrariamente ao que a proposta de lei inicialmente determinava; alguns prazos de defesa são ampliados.

Apesar das alterações à proposta de lei, os artigos 35.º-A (Colocação ou manutenção em centro de instalação temporária) e 35.º-B (Condições de colocação ou manutenção em centro de instalação temporária) mereceram o nosso voto contra na maioria dos pontos, com exceção dos que expressamente reforçam as garantias dos cidadãos.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda, *Cecília Honório — Mariana Aiveca — Catarina Martins — Helena Pinto — João Semedo — Luís Fazenda — Mariana Mortágua — Pedro Filipe Soares*.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.